

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (*CAMPUS* SOROCABA)

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TURISMO E HUMANIDADES

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LUCAS L. C. PASTRE

**A CONSTITUIÇÃO TERRITORIAL E IMAGINÁRIA DA TERRA CÉLTICA  
INSULAR: GRÃ-BRETANHA E IRLANDA**

Sorocaba

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (*CAMPUS* SOROCABA)

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TURISMO E HUMANIDADES

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LUCAS L. C. PASTRE

**A CONSTITUIÇÃO TERRITORIAL E IMAGINÁRIA DA TERRA CÉLTICA  
INSULAR: GRÃ-BRETANHA E IRLANDA**

Monografia apresentada ao curso de graduação  
em Geografia para obtenção do vindouro título  
de geógrafo / licenciado, sob a orientação da  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita de Cássia Lana.

Sorocaba

2016

Pastre, Lucas L. C.

A constituição territorial e imaginária da Terra Céltica  
Insular: Grã-Bretanha e Irlanda / Lucas L. C. Pastre. 2016.  
100 f.: 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –  
Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, Sorocaba.

Orientador (a): Prof.<sup>a</sup> Dr. Rita de Cássia Lana.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Ismail Barra Nova de Melo

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Filomena Caron.

Referencial Bibliográfico: p. 70.

Celtologia. Território. Cultura. Europa. Ilhas Britânicas.

FOLHA DE APROVAÇÃO

**LUCAS L. C. PASTRE**

A CONSTITUIÇÃO TERRITORIAL E IMAGINÁRIA DA TERRA CÉLTICA  
INSULAR: GRÃ-BRETANHA E IRLANDA

Monografia apresentada ao curso de graduação em Geografia, para obtenção do título de geógrafo / licenciado. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar – *Campus* Sorocaba). Sorocaba, 12 de Dezembro de 2016.

Orientador (a):

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita de Cássia Lana  
Universidade Federal de São Carlos

Examinador (a):

---

Prof. Dr. Ismail Barra Nova de Melo  
Universidade Federal de São Carlos

Examinador (a):

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Filomena Caron  
Universidade Federal de São Carlos

## **DEDICATÓRIA**

Dedico solenemente este presente trabalho aos Antigos Deuses que fazem e fizeram parte do meu caminho, aos Ancestrais – da Terra, do Céu e do Mar – e aos Espíritos da Natureza. Que o conhecimento trazido à luz da ciência possa honrar, lembrar e perpetuar vossos sagrados nomes através do tempo e espaço!

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Mariana Puga, por ter sensivelmente me colocado diante dos Celtas e do paganismo ainda nos primórdios da minha infância.

Agradeço aos amigos da Antiga Arte, em especial à Michaela Enguel e Vaneska Festa, por terem me fornecido os pilares daquilo que hoje eu sou.

Agradeço à minha sólida formação familiar e espiritual, aos meus avós e a toda liberdade que me foi cedida para expressar ética e livremente os anseios da alma.

Agradeço ao meu pai, Emerson J. A. C. Pastre, pelo auxílio de custo e pelas constantes referências de honestidade no decorrer dos anos de estudo e graduação.

Agradeço à minha mãe, Silmara L. C. Pastre, pelo coração maior do que ela própria, sempre disposto a me socorrer nos momentos de necessidade.

Agradeço à Rafael C. Lossehelin, Gabriela C. Felício e José Roberto A. Collaço pelos anos de amizade sincera e boas lembranças para guardar na memória.

Agradeço ao TEATRO, tal como aos talentosos parceiros e mestres de palco, por suprirem as necessidades e prazeres do meu coração de artista.

Agradeço aos grandes sábios, Adolfo Frioli e José Rubens Incão, por terem despertado em mim a paixão pela pesquisa e me inspirado profissionalmente.

Agradeço aos docentes da Universidade Cruzeiro do Sul por terem, ainda que em tão pouco tempo, me ensinado o que é ser um verdadeiro geógrafo.

Agradeço aos docentes da Universidade Federal de São Carlos, por terem solidificado minha índole político-social junto às múltiplas vivências do dia-a-dia.

Agradeço à Prof. Dr.<sup>a</sup> Rita de Cássia Lana, por ter acreditado em meu potencial, confiado em minha proposta, bem como ofertado o sublime deleite da História e da Arte com a sua exímia orientação e excelência profissional.

Agradeço aos grupos druídicos paulistanos, principalmente a João E. Schleich Uberti, Wallace William de Souza e Rowena A. Seneween, por terem me concedido tão gentilmente à dádiva da experiência junto aos Antigos Deuses.

Por fim, agradeço à Manannán Mac Lir, por ter aberto os meus caminhos para que tudo isso acontecesse. Sláinte!

## RESUMO

PASTRE, Lucas L. C. **A constituição territorial e imaginária da Terra Céltica Insular: Grã-Bretanha e Irlanda**. 2016. 73 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, *campus* Sorocaba, Sorocaba, 2016.

Conceitualmente caracterizados pela especificidade linguística, os Celtas foram os povos indo-europeus que se originaram ao norte dos Alpes, possivelmente, ainda em meados da Idade do Bronze – resultado de um longo processo de miscigenações pré-históricas. No auge de sua apropriação, estenderam-se num arco territorial que ia da Irlanda à atual Turquia, dominando um espaço de relevante significância entre a Europa e a Ásia Menor. Eis que surgiu a Terra Céltica, composta por duas parcelas distintas de ocupação – a continental e a insular. Esta última, por sua vez, dotou-se de peculiaridades oriundas da geograficidade inerente ao seu território, bem como sua história mais recente, amplamente associada aos mitos que dela própria nasceram.

Tomando a composição étnica da Grã-Bretanha e Irlanda – no tocante à civilização céltica – como fruto subsequente das migrações decorridas no continente, a monografia mostrou, por intermédio das variadas culturas, complexos materiais e relatos documentais atribuídos e / ou associados aos referidos povos, os múltiplos processos de ocupações culminantes na constituição da Terra Céltica Insular. Tendo em vista a dimensão imaginária contida nos tais atributos, buscou-se, ainda que com muitas ressalvas e cautelas, paralelismos históricos com a mitologia gaélica, tidos concomitantemente com a análise dos primevos povos associados à “Ilha Esmeralda”, onde se puderam constatar, com êxito, hipotéticas vinculações com os Ibéricos.

Palavras-Chave: Celtologia. Território. Cultura. Europa. Ilhas Britânicas.

## **ABSTRACT**

...

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa: espraiamento dos Celtas entre a Europa e a Ásia Menor.....	11
Figura 2 – Foto: <i>Cliffs of Mother</i> , famosos penhascos irlandeses.....	23
Figura 3 – Mapa: localização das principais culturas atribuídas aos Celtas.....	25
Figura 4 – Foto: ópido de Dun Conor, na Ilha de Inishmore, Irlanda.....	26
Figura 5 – Foto: exemplo de templo druídico, localizado em Shetland.....	27
Figura 6 – Mapa: concentração e expansão dos Campos de Urnas na Europa.....	32
Figura 7 – Mapa: a ocorrência de Hallstatt na Europa.....	34
Figura 8 – Mapa: a concentração dos chefes de Hallstatt na Europa Central.....	36
Figura 9 – Mapa: expansão entre os séculos V e III a. C., a partir de La Tène.....	40
Figura 10 – Foto: reconstituição de uma carreta sepulcral em La Tène.....	41
Figura 11 – Foto: reconstituição de uma carreta sepulcral em La Tène.....	41
Figura 12 – Foto: medalhão de bronze encontrado na Irlanda (diâmetro: 32 mm).....	42
Figura 13 – Foto: cruz erigida em pedra por cristãos do século X d. C.....	42
Figura 14 – Mapa: as grandes migrações celtas.....	47
Figura 15 – Mapa: Massília e as rotas marítimas ocidentais.....	51

## SUMÁRIO

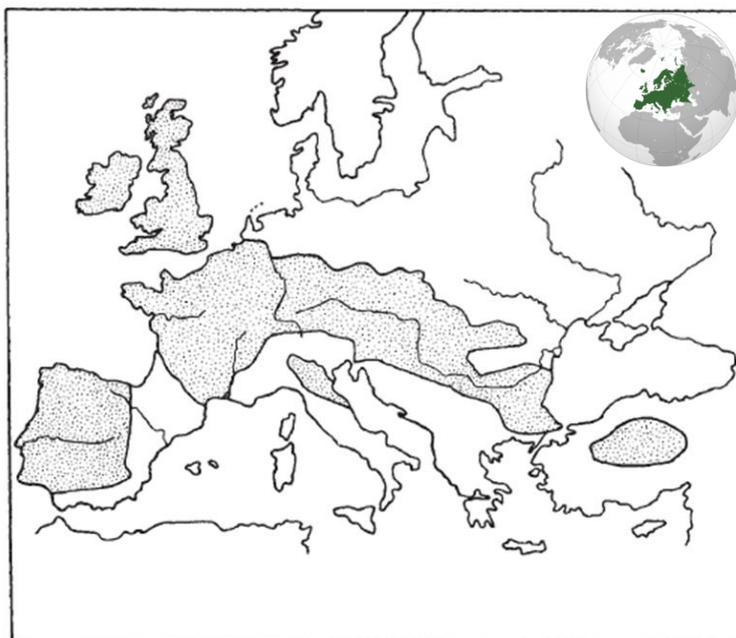
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1. A necessidade de uma abordagem céltica.....	11
1.2. Os referenciais histórico-geográficos .....	15
1.3. Sobre as etapas metodológicas adotadas.....	17
<b>2. A ORIGEM DOS CELTAS.....</b>	<b>19</b>
2.1. Caracterização do ambiente físico e dos sítios arqueológicos .....	19
2.2. Os pressupostos primitivos da gênese celta.....	28
2.3. A cultura de Urnfield.....	31
2.4. A cultura de Hallstatt.....	33
2.5 A cultura de La Tène.....	39
2.6. As teorias que versam sobre a gênese celta.....	43
<b>3. A EXPANSÃO DOS CELTAS ATÉ AS TERRAS INSULARES.....</b>	<b>44</b>
3.1. O contexto geral das migrações.....	44
3.2. A ocupação da Grã-Bretanha sob o viés arqueológico.....	48
3.3. Os primeiros registros históricos.....	49
3.4. O caso da Irlanda.....	52
<b>4. O EMBASAMENTO MITOLÓGICO.....</b>	<b>54</b>
4.1. Os mitos gaélicos e bretões.....	54
4.2. Paralelismos históricos com a mitologia irlandesa.....	60
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>64</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>70</b>
<b>7. ANEXO I.....</b>	<b>72</b>
<b>8. ANEXO II.....</b>	<b>73</b>

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. A necessidade de uma abordagem céltica.

A cultura céltica está abundantemente presente no imaginário ocidental, principalmente no que tange a sua índole mágica e guerreira. Das obras de J. R. R. Tolkien às peripécias de Asterix e Obelix, de Albert Uderzo e René Goscinny, são muitos os exemplos que ilustram a forte presença dos Celtas em nosso arcabouço cultural. Segundo John Haywood (2009), a terminologia “Celta” pode ser usada para designar todos os povos que falavam línguas célticas. Estas, por sua vez, dominavam espacialmente grandes parcelas da Europa e Ásia Menor (Figura 1). Trata-se de uma definição recente, datada apenas no século XVIII. Nos tempos antigos, equivale aos: Gauleses, Belgas, Gálatas, Lusitanos, Celtiberos, Bretões e Irlandeses<sup>1</sup>.

FIGURA 1 – Mapa: espraiamento dos Celtas entre a Europa e a Ásia Menor.



Material desprovido de maiores informações (escala / legenda).

Fonte: GREEN, 1989.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Venceslas Kruta (1989) infere que a civilização céltica<sup>2</sup> detém um grau de evolução, extensão geográfica e uniformidade que

<sup>1</sup> Grosso modo, estão entre os principais. Porém, é válido ressaltar que existiram muitos outros.

<sup>2</sup> Céltica (o) diz respeito à adjetivação atribuída àquilo que se atrela ao caráter dos Celtas. Pode-se referir também à antiga porção territorial delimitada em âmbito continental. Prefere-se a terminologia “celta”, enquanto adjetivo de mesma índole, para designar as coisas que pertenceram, com maior grau de segurança e veracidade documental, aos povos que se enquadram na classificação aqui em voga.

variam em função de condições históricas. No século V a. C., os Celtas designavam, sob a ótica dos Gregos, não mais que uma das muitas populações bárbaras que habitavam a Europa Temperada, as quais eram agrupadas genericamente sob o epíteto de Hiperbóreos (que vivem “além de Bóreas”, o vento frio do norte).

O nome “Celta” (do grego *Keltoi* e latim *Celtae*) foi primeiro usado por autores gregos há cerca de 2.500 anos atrás, em referência aos povos bárbaros que viviam no interior da colônia de Massília (atual Marselha). Já “Gaulês” (*Galli*, em latim) refere-se ao modo como os Romanos descreveram os povos continentais que faziam uso das referidas línguas célticas. Havia também o termo “Gálata” (*Galatoi*, em grego), mais antigo e específico para designar as tribos celtas que vieram a invadir a Grécia e a Anatólia<sup>3</sup> no decorrer do século III a. C. (HAYWOOD, 2009). Estas, por sua vez, ficaram famosas pelo ataque ao santuário de Apolo – Delfos –, em 279 a. C., estendendo a terminologia para todos os ditos Celtas orientais. Ainda assim, certos autores como Políbio<sup>4</sup>, empregaram os nomes (*Keltoi* / *Galatoi*) indiferentemente.

Ademais dos termos citados, muitos outros podem também ser associados aos Celtas e suas respectivas ocupações. Entretanto, faz-se necessária minuciosa cautela, pois não se pode falar de Gauleses antes da Gália existir como conceito geográfico, nem de Gálatas antes da Galácia<sup>5</sup> do século III a. C. No intuito de esclarecer possíveis – e abundantes, diga-se de passagem – confusões acerca das principais nomenclaturas, Venceslas Kruta (1989) disserta sobre a aplicabilidade de cada uma:

“O equivalente latino do termo ‘gálatas’ talvez seja ‘gaulês’ (*Galli*), o qual surgiu meio século mais tarde. Tal como o precedente, confere seu nome a um território determinado: a Gália Cisalpina e Transalpina. A designação de Celtas (em latim, *Celtae*) continua, entretanto, a ser utilizada para assinalar especialmente os [...] transalpinos. O uso que os autores antigos fazem desses nomes demonstra que cumpre considerá-los praticamente como sinônimos, sendo o mais geral o de Celtas, pois este não tem, ao contrário dos demais, nenhuma implicação geográfica...” (KRUTA, 1989, p. 2)

Acontece que, como em várias outras ocorrências desse mesmo gênero, os Bretões e Irlandeses nunca foram descritos como Celtas ou Gauleses. No entanto, até mesmo os Romanos reconheciam sua similaridade latente com o povo bárbaro do continente. Os Irlandeses antigos, a citar como exemplo, não possuíam identidade

---

<sup>3</sup> Refere-se à Ásia Menor e, mais especificamente, à porção oriental da atual Turquia.

<sup>4</sup> Geógrafo e historiador grego (200 – 118 a. C.).

<sup>5</sup> A Gália corresponde, em sua maior porção espacial, ao atual território da França, tal como a Galácia equivale à Turquia na região que abrange a já citada Península Anatoliana.

própria até o início da Idade Média. Só então o nome “Gaélico” (*Gaidel / Gaedheal*, de *Goidels*, “selvagens”), de origem bretã (*Guoidel*), passou a ser usado em referência aos ditos povos (HAYWOOD, 2009). Ainda assim, atualmente, sabe-se com profunda segurança histórica e arqueológica que, tanto Bretões como Irlandeses, são povos indubitavelmente celtas – como se mostrará mais adiante.

Há uma tendência recorrente em se omitir, ou mesmo em se reduzir a um escopo bastante coadjuvante, a importância histórica dos Celtas na constituição territorial da Europa, bem como sua grande influência na cultura ocidental. Em parte, tem-se o acesso dificultoso às principais fontes de que a ciência dispõe à Celtologia<sup>6</sup>. Por outro lado, há também o elemento nacionalista que acaba por marginalizar os valores e antecedentes que fogem aos seus interesses patrióticos. Seja no Brasil ou na Europa, a história contada é frequentemente ditada pelos seus respectivos vencedores. Há, portanto, um modelo generalista e demasiadamente engessado que alicerça a concepção (ou a ausência da mesma) que se tem acerca dos Celtas e suas verdadeiras dimensões.

A ótica tendenciosa romana, mais especificamente a do imperador Júlio César (100 – 44 a. C.), é ainda preponderante em muitos aspectos. Frequentemente, aborda-se a cultura céltica sob o viés ilusório dos antigos Druidas de barbas longas e vestimentas alvas. Trata-se de uma falácia reducionista que defere aos Celtas papéis secundários na Antiguidade. Dessa forma, tem-se a demanda por uma abordagem esclarecedora que venha a expor de maneira justa e coerente a vastidão instaurada pela ocupação celta no território europeu, bem como a sua constituição imaginária<sup>7</sup> associada.

Os Celtas foram, sem dúvida alguma, os povos que mais se espalharam na Europa no decorrer da Pré-História e Antiguidade, disseminando a excêntrica cultura conhecida hoje por intermédio da grande quantidade de registros arqueológicos encontrados por toda terra céltica. Esta, por sua vez, pode ser dividida e entendida sob duas frentes distintas: a insular e a continental. Além do fator geográfico, existem também sutis diferenças históricas e culturais que acabaram por separá-las ao longo do tempo e espaço. No recorte estabelecido para o presente trabalho, tratou-se mais

---

<sup>6</sup> Nome dado ao agrupamento de estudos acadêmicos que versam sobre as múltiplas características dos Celtas – desde a Antiguidade até os seus reflexos no mundo contemporâneo.

<sup>7</sup> Entende-se aqui, por constituição “imaginária”, o arcabouço cultural e artístico agregado à Celtologia.

especificamente da Terra Céltica Insular, composta pelas atuais Grã-Bretanha e Irlanda<sup>8</sup>. A civilização dos Celtas insulares possui numerosas peculiaridades em relação à dos Celtas continentais, pois seu principal desenvolvimento de território é mais recente.

A Geografia Tradicional pouco utilizou o conceito de território. Ratzel<sup>9</sup> utilizava o termo para designar a apropriação do espaço, dizendo que a territorialidade vinculava os homens à terra – isto é, a espécie humana como planta. Existe também a concepção de território “naturalista”, que o enxerga como algo físico inerente ao próprio homem, como se ele fosse uma continuidade do seu ser. Num outro extremo, temos a concepção etnocêntrica que ignora a relação sociedade-natureza, encarando o território como uma construção humana, que pode se manifestar por meio do poder político-econômico ou da apropriação simbólica a partir de uma identidade cultural (HAESBAERT, 2011). Eis o conceito que se fez presente nesta monografia. Levantando-se a relação sociedade-natureza apenas onde o seu fator de análise foi cabível, o trabalho tomou por território uma relação espacial mais pautada no controle e na apropriação – decorrentes de variadas conquistas firmadas pelos Celtas ao longo do tempo – do que na ideia de uso propriamente dito, demasiadamente variável em sua definição.

Tendo por norte a historicidade que permeia a constituição territorial e imaginária da Terra Céltica Insular, propôs-se uma revisão dos movimentos migratórios que delimitaram a ocupação dos Celtas na Grã-Bretanha e Irlanda. Tomando por base os autores clássicos, os registros arqueológicos e a rica mitologia que acompanha tais aparatos, a monografia trouxe à tona os processos que levaram à atual configuração espacial do referido recorte na sua gênese celta. Em suma, teve-se por meta a busca de uma caracterização que superasse em termos históricos e geográficos o que se convencionou chamar de “anglo-saxão”, delineando a verdadeira dimensão e importância da participação dos Celtas na constituição do território europeu, especialmente no que diz respeito à Terra Céltica Insular.

---

<sup>8</sup> Vale aqui ressaltar, antes de seguir adiante, algumas conceituações básicas que, por vezes, dão-se à confusão. Grã-Bretanha é o nome atribuído à maior das Ilhas Britânicas – onde a Irlanda e demais unidades do arquipélago se incluem – e que abriga a Inglaterra, a Escócia e o País de Gales. E, por Reino Unido, compreende-se a unidade política constituída pela Grã-Bretanha, Irlanda do Norte e ilhas menores.

<sup>9</sup> Friedrich Ratzel (1844 – 1904) foi um importante geógrafo alemão, reconhecidamente responsável pelo conceito político de “espaço vital”, tal como o uso controverso do chamado determinismo ambiental.

## 1.2. Os referenciais histórico-geográficos.

Os Celtas aparecem nos registros históricos – isto é, com alusões claras e contemporâneas às suas tribos – em meados do século V a. C. Sua glória perdura até o século I a. C., quando perdem, pelo menos em âmbito continental, a autonomia para os Romanos, além de sofrerem repetidas investidas de Dácios e Germanos<sup>10</sup>. Ainda assim, cabe aqui ressaltar que, mesmo após sucessivas derrotas, as características célticas essenciais persistiram adiante em civilizações mistas: galo-romana da Gália (atual França); celto-romana da Panônia (atual Áustria); celto-dácia nórdica da bacia dos Cárpatos (atual Hungria); entre muitas outras (KRUTA, 1989).

Os Celtas da proto-história<sup>11</sup> já possuíam escrita, porém, os registros são de caráter lacônico, o que inviabiliza, na maioria dos casos, o seu uso como fonte histórica. O caráter precário dos materiais que serviam de suporte aos documentos é a causa provável do seu desaparecimento generalizado. Tudo o que se sabe sobre os Celtas durante cinco séculos advém de textos gregos e latinos. Porém, cabe dizer que são documentos de segunda mão e que, na sua grande maioria, trata apenas da periferia meridional do mundo céltico. Generaliza-se erroneamente o que se sabe dessa região para outros territórios com peculiaridades distintas. Sobre o uso de tais referências:

“Entre uma confiança cega e uma hipercrítica estéril, o bom caminho parece ser o de fazermos um cotejo paciente, sem ideias preconcebidas, aceitando generosamente a contribuição de todas as outras fontes de que dispomos, em particular a arqueologia, sem rejeitar nenhuma informação *a priori*, por mais suspeita que seja.” (KRUTA, 1989, p. 14)

Assim, torna-se cabível a utilização cautelosa dos citados documentos, tomando os vestígios arqueológicos, sempre que possível, como parâmetros essenciais para se atestar maior coerência aos estudos que se prestam a compreender os Celtas. Os primeiros registros históricos associam a figura dos Celtas aos povos bárbaros que viviam próximos de Massília, bem como na cidade de Nirax (a atual província austríaca da Estíria). O rio Danúbio foi também largamente mencionado para descrever seus limites territoriais. Tais referências estão pautadas em trabalhos de cunho essencialmente geográfico advindos de autores gregos do século V a. C. Hecateu (540 – 475 a. C.) e Heródoto (484 – 425 a. C.) foram os primeiros geógrafos a tratarem do

---

<sup>10</sup> Os Dácios são aparentados dos Trácios, povos que, tal como os Celtas, são de origem indo-europeia e habitaram o extremo leste europeu. Os Germanos, de mesma raiz, são os antigos povos do norte.

<sup>11</sup> Período situado entre a pré-história e a história, num recorte imediatamente anterior ao aparecimento geral da escrita, quando já havia uma incipiente metalurgia.

assunto em questão. No século IV a. C., Éforo colocou os Celtas entre os quatro grandes povos bárbaros do mundo, ao lado dos Citas, Persas e Líbios<sup>12</sup> (POWELL, 1965).

Já nos princípios do século III a. C., os Celtas se estendem num arco que ia da Península Ibérica à Ásia Menor, tendo o norte selvagem dos Alpes como possível ponto de origem. Este, por sua vez, costumava estar fora do alcance dos viajantes mediterrâneos considerados civilizados (POWELL, 1965). Tem-se aí, portanto, a razão pela qual a documentação histórica se mostra, às vezes, lacônica no que diz respeito aos Celtas, seus hábitos e costumes. Já os Romanos, que muito falaram sobre suas incursões, dividiram a Gália em “Cisalpina” (aquém dos Alpes) e “Transalpina” (além dos Alpes), dada à importância do referido topônimo para o entendimento geral da Terra Céltica Continental. No século II e I a. C. houve a ampliação da disposição geográfica dos Celtas e a subsequente incorporação ao Império Romano.

As primeiras menções aos povos da Grã-Bretanha e Irlanda são constatadas ainda no século VI ou V a. C., por intermédio dos fragmentos de um antigo documento chamado “Périplo de Massiliota”. Este, citado no poema “Ora Marítima” de Rufo Festa Avieno (século IV), descreve a viagem do cartaginês Himilco que partiu de Massília em direção à Tartesso<sup>13</sup> ao longo das costas mediterrânea e atlântica. Neste documento, ainda carregado de muitas incertezas, as terras insulares do norte são mencionadas pela primeira vez. Os Tartessos comerciavam com os chamados Oestrymnides – sobre os quais se abordará novamente mais adiante – e estes, por sua vez, dialogavam com os habitantes de duas grandes ilhas vizinhas: Albion e Ierne. Eis a mais antiga referência histórica que se tem acerca da Grã-Bretanha e Irlanda (POWELL, 1965).

Já entre 325 e 323 a. C., outra menção é dada pela viagem de Píteas que, partindo também de Massília, deslocou-se até as Ilhas Pretânicas (Albion e Ierne). A essa altura, os geógrafos gregos já tinham plena noção da existência do território bárbaro localizado ao norte das rotas atlânticas europeias (POWELL, 1965). Partindo-se de tais registros, interessou a este projeto desvelar a dinâmica das ocupações celtas e dos agitados processos migratórios ocorridos nos referidos recortes geográficos. Trata-se de uma demanda importante e demasiadamente relevante para se desmistificar a

---

<sup>12</sup> Os Citas e Persas fazem parte dos velhos povos iranianos, enquanto os ditos Líbios se estendem do atual Marrocos até as fronteiras ocidentais do Egito na Antiguidade.

<sup>13</sup> Cartaginenses, membros da chamada civilização púnica, referem-se aos habitantes de Cartago, remota cidade fenícia que se desenvolveu na Bacia do Mediterrâneo. Já por Tartesso, entende-se a possível localização das civilizações herdeiras da cultura megalítica andaluza, na atual Espanha.

índole etnográfica e territorial vigente na defasada história britânica e irlandesa dos livros didáticos. Pois, segundo o literário Thomas Rolleston (1911):

“O papel desempenhado pela raça celta enquanto influência formativa da história, literatura e arte das Ilhas Britânicas tem sido indevidamente obscurecido no pensamento popular. O uso atual do termo ‘anglo-saxão’ aplicado ao povo britânico é, em grande parte, responsável por tal diminuição. Historicamente, o termo é bastante enganador. Não há nada que justifique a singularização destas duas tribos baixo-alemãs para indicar o caráter racial do povo britânico.” (Traduzido. P. 3)

Desse modo, observa-se a constatação de considerações errôneas acerca da história e etnografia europeia – no tocante, principalmente, à formação do território –, seja por ocultação proposital ou mesmo por seu desconhecimento. Logo, portanto, cabe à ciência geográfica resgatar os primórdios de seus antecessores clássicos para aprimorar a historicidade existente por trás da constituição territorial destes povos tão influentes no imaginário ocidental. Sendo o território uma categoria majoritariamente espacial, é inquestionável a sua relevância para o âmbito da Geografia, seja a nível político, social ou, inclusive, cultural. Além da categoria territorial propriamente dita, há também uma série de elementos físicos a serem considerados nas próximas páginas, não só por enriquecem a abordagem como também por subsidiarem os fluxos decorrentes no espaço ao longo do tempo. São muitos os geógrafos gregos que fizeram referência aos Celtas na Antiguidade e, somada às atuais contribuições da arqueologia, uma revisão atualizada e objetiva, pautada em fartos registros históricos e mitológicos, torna-se completamente viável e interessante do ponto de vista acadêmico.

### **1.3. Sobre as etapas metodológicas adotadas.**

Primeiramente, foi necessário estabelecer revisões de caráter histórico acerca dos variados processos de migração e ocupação que constituíram espacialmente / territorialmente a Terra Céltica Insular. Isto é, traçaram-se os fluxos decorrentes da enorme disseminação dos Celtas em suas possíveis origens até os confins da Grã-Bretanha e Irlanda, por intermédio de revisão bibliográfica essencialmente pautada em autores europeus. Concomitantemente ao vislumbre de informações arqueológicas, fez-se uma reconstrução acerca da cultura material atribuída aos referidos povos, culminando, por consequência, na constituição imaginária agregada ao território. Na sequência, houve de se recorrer aos mitos, especialmente os irlandeses, como cenário ilustrativo dos grandes acontecimentos históricos que delinearam a chegada dos Celtas

no oeste europeu, bem como atrelá-los histórica e geograficamente aos vastos registros arqueológicos trazidos à tona pela Celtologia dos últimos séculos.

Por último, porém, não menos importante, discorreu-se acerca da importância inerente à historicidade decorrente de toda e qualquer constituição territorial, enfatizando a relevância e a verdadeira dimensão geográfica atribuída aos Celtas no auge de sua glória. Fazendo-se necessária, portanto, a ilustração geral mediante uma coleta de materiais cartográficos que abarcassem o referido recorte de estudo.

Para tanto, foi necessária a análise conjunta de obras clássicas e autores especializados no assunto, bem como o diálogo com pesquisadores da mesma área, visando, acima de tudo, confirmar um discurso coerente e condizente com as informações mais palpáveis de que se dispõe à Celtologia contemporânea. A fim de cumprir com a meta aqui estabelecida, houve a comparação entre diferentes afirmações e teorias que versam de acordo com os vestígios vislumbrados pela arqueologia europeia. Além disso, recorreu-se também à correlação parcial da mitologia gaélica aos fluxos migratórios, bem como suas conseqüentes repercussões político-sociais – leia-se: ocupação, conflito e território – ao longo do tempo e espaço.

## 2. A ORIGEM DOS CELTAS

### 2.1. Caracterização do ambiente físico e dos sítios arqueológicos.

Os Celtas dominaram um arco territorial que ia da Península Ibérica e Ilhas Britânicas até a Turquia, chegando a penetrar, inclusive, regiões da Itália e da Grécia. Isto é, ocuparam largamente quase toda a Europa Central e Ocidental. Trata-se de um recorte submetido, principalmente, ao clima da Zona Temperada, característico das latitudes médias. Abarca também, a citar como detalhe, algumas ínfimas manchas da Zona do Mediterrâneo na Ibéria, Balcãs<sup>14</sup> e Anatólia. Diferentes autores recorrem a distintos topônimos limítrofes para situar os Celtas geograficamente. O Anexo I desta monografia comporta um mapa físico do continente europeu, cujo intuito é facilitar o seu entendimento. Segue um exemplo oriundo do discurso de Venceslas Kruta (1989):

“No apogeu de seu poderio, os Celtas ocuparam na Europa um enorme território delimitado a oeste pelo Atlântico, desde a Península Ibérica até as Ilhas Britânicas, ao norte pela orla interna da grande planície setentrional alemã e polonesa, a leste pelo arco dos Cárpatos, e ao sul pelo litoral mediterrâneo, desde a costa catalã, a vertente setentrional dos Apeninos e a orla meridional da bacia danubiana, antes das Portas de Ferro<sup>15</sup>.” (KRUTA, 1989, p. 27)

Em geral, a maior parte da referida Terra Céltica citada pelo autor está envolta de chuvas regulares e grande amplitude térmica, com temperaturas elevadas entre Junho e Julho, bem como intensos invernos no decorrer de Janeiro e Fevereiro. A região como um todo está sujeita ao domínio da floresta temperada mista, salvo os pouquíssimos trechos de vegetação mediterrânea situados mais ao sul (FERREIRA, 2003). O norte dos Alpes era conhecido entre os antigos como Floresta Herciniana (nome de origem céltica), de carvalhos – espécie de suma importância religiosa ao Druidismo, o culto xamânico dos Celtas. Trata-se de uma zona montanhosa entre a margem direita do Reno<sup>16</sup>, os maciços do norte do Meno (rio da Alemanha), a margem esquerda do Danúbio, as montanhas do norte da Boêmia<sup>17</sup> e o extremo ocidente do arco carpático.

Para Brown e Lomolino (2006), a chamada floresta temperada mista pode ser entendida como um bioma subdividido em três interfaces distintas: a floresta sempre-viva ou subtropical, a floresta temperada decídua e a floresta temperada úmida. A

---

<sup>14</sup> Os Balcãs – ou Península Balcânica – designam a porção sudeste do continente europeu.

<sup>15</sup> Referem-se ao ponto fronteiro entre a Bulgária, a Romênia e a Sérvia.

<sup>16</sup> Seu nome, advindo das línguas célticas, significa “fluir”. Nasce nos Alpes e deságua no Mar do Norte.

<sup>17</sup> Região histórica da Europa Central, cuja maior parte corresponde à atual República Checa.

segunda caracterização é a que mais abrange os elementos gerais que interessam a este trabalho. São florestas oriundas de latitudes temperadas, sustentadas sobre áreas com água o suficiente para subsidiar o crescimento de grandes árvores. Também são denominadas florestas decíduas verdes de verão, por conta de seu ritmo anual definido: árvores dormentes no frio invernal e brotos verdejantes no calor primaveril – característica demasiadamente influente no calendário religioso dos Celtas<sup>18</sup>. Trata-se de uma vegetação extremamente variável em estrutura e composição que, através de suas peculiaridades, sustentou o vasto imaginário presente nos mitos e tradições célticas.

A diversidade e a cobertura do sub-bosque podem ser altas, especialmente na primavera, antes das folhas caírem. Como resultado do acúmulo intenso de matéria orgânica e da alta capacidade do solo em reter água, a floresta temperada é muito menos propensa a incêndios que outros biomas. Em vários locais do Hemisfério Norte, a vegetação se aproxima de outras comunidades arbóreas e, por consequência, tem-se uma série de associações híbridas. “As árvores de florestas temperadas de comunidades clímax<sup>19</sup> crescem lentamente e muitas florestas têm sido significativamente afetadas pela extração da madeira nos últimos séculos” (BROWN & LOMOLINO, 2006, p. 119). Contrariamente à crença difundida, é importante ressaltar que a Terra Céltica não abrigava mais florestas do que nos dias que correm (LAUNAY, 1978). Acerca do que se sabe a respeito da relação entre os Celtas e os recursos florestais presentes em seu território, John Haywood (2009) afirma que a Europa da Idade do Ferro:

“[...] era de uma agricultura muito mais intensiva do que geralmente se possa calcular. [...] Havia poucas áreas que fossem genuinamente selvagens e incultas. A maior parte das florestas primitivas que cobriram a Europa depois da Idade do Gelo tinha sido cortada ainda antes dos Celtas e as florestas que sobreviveram eram intensivamente administradas, a fim de assegurar a manutenção do abastecimento de madeira para construção, postos para cercas e combustível.” (HAYWOOD, 2009, p. 47)

O cenário devastador vigente na escassa flora europeia remete, portanto, a tempos bastante longínquos. A floresta temperada divide, atualmente, o espaço com vastas áreas de campos, pastagens, áreas agrícolas e grandes centros urbanos. Já o clima temperado fresco, característico da porção aqui tratada, é submetido a variações de nuances que vão do extremo ocidente às porções mais continentais do território (NAT.

---

<sup>18</sup> Composto genericamente, salvo particularidades tribais – que não são poucas –, por quatro grandes festivais agrícolas que acompanhavam a mudança de estações, vistas como obra dos deuses e seres feéricos da natureza. São eles: Imbolc (01/02), Beltane (01/05), Lughnasadh (01/08) e Samhain (01/11).

<sup>19</sup> Estágio final da sucessão ecológica que compreende as melhores espécies competidoras.

GEO., 2008). É provável que não tenha havido grandes modificações entre a paisagem dos Celtas proto-históricos e a medieval. Há poucas informações acerca das possíveis variações climáticas, bem como suas incidências sobre a economia e as comunicações. Embora pareça “que um período frio e úmido caracterizou o clima da Europa Temperada entre os séculos IX e IV-III a. C., atingindo um ponto culminante, presumivelmente, em fins do século VI antes de nossa era” (KRUTA, 1989, p. 29).

Sobre o relevo da Terra Céltica – elemento visivelmente presente nas referências clássicas atreladas à hidrografia descrita logo adiante –, bem como a sua relação com as populações que nela habitavam – influente, inclusive, nas famosas estruturas de habitação fortificada, sobre as quais ainda se falará –, Venceslas Kruta (1989), diz:

“Podemos [...] constatar uma predileção muito nítida entre os Celtas proto-históricos pelas zonas de chapadas ou colinas retalhadas por vales fluviais, e ainda pelas planícies de piemonte<sup>20</sup>, [...] que convêm perfeitamente a uma economia em que o cultivo do solo juntava-se a uma grande criação de gado; em contrapartida, eles pouco interesse tinham pela planície extensa, as altas montanhas e o litoral marítimo com suas condições específicas de vida.” (KRUTA, 1989, p. 27)

Os Alpes, ou maciço alpino, constituem a principal referência geomorfológica da Terra Céltica no curso de sua história, especialmente no que tange a sua parcela continental. Os Alpes são o sistema montanhoso mais importante da porção centro-sul da Europa, abrangendo uma área de 250 mil quilômetros quadrados. As chuvas abundantes na região são responsáveis pela existência de extensas pastagens, fundamentais ao desenvolvimento da pastorícia em tempos pretéritos. Resultado do choque entre as placas euroasiática e africana, os Alpes ainda são os topônimos mais utilizados para situar espacialmente a dinâmica dos Celtas em sua terra natal.

O rio Danúbio, outra importante referência geográfica para a Celtologia, é o segundo maior da Europa, possui 2.860 km de comprimento e uma bacia de 817.000 km<sup>2</sup>. Sua nascente está localizada na Floresta Negra, Alemanha, atravessando o continente de oeste a leste até desaguar no Mar Negro, em seu delta na Romênia (NAT. GEO., 2008). O rio Danúbio desempenhou importante papel no tocante aos grandes processos migratórios decorrentes da movimentação dos Celtas pela Europa. A penetração na bacia dos Cárpatos teve por eixos principais a sua periferia ocidental e setentrional, bem como o Danúbio, em especial na margem direita até a confluência

---

<sup>20</sup> Planícies continentais situadas na parte mais baixa entre duas ou mais montanhas.

com o Morava (importante rio da República Checa). Este, por sua vez, foi a principal via de penetração para a Grécia e a Trácia<sup>21</sup> no sul dos Balcãs.

Na margem direita do Danúbio houve também um movimento rumo ao maciço alpino visando às jazidas de sal-gema<sup>22</sup> em Salzburgo (Áustria). O planalto suíço agiu como ligação direta entre as regiões danubiana, a Renânia, o vale do Saône, a Itália setentrional e o vale do Ródano<sup>23</sup>. A Gália setentrional estava ligada à zona central pelas chapadas da Champagne (França) e o vale do Mosela<sup>24</sup>. Os percursos que ligavam a costa atlântica ao interior do continente constituíram, sem dúvida, variantes da rota do estanho<sup>25</sup>, das quais a opção mais segura parece ter sido o Sena, importante rio do norte francês cuja foz está no Canal da Mancha – que separa a ilha Grã-Bretanha da França e une o Mar do Norte ao Oceano Atlântico (KRUTA, 1989).

A Terra Céltica Insular está sujeita à maritimidade do Oceano Atlântico. A Grã-Bretanha é a maior ilha do continente, tendo uma área de aproximadamente 229.885 km<sup>2</sup>. A Irlanda, segunda maior em extensão dentre as ilhas que compõem o arquipélago britânico, é a terceira em tamanho da Europa, com 84.420 km<sup>2</sup>. A Irlanda apresenta um relevo composto por dois grandes sistemas orográficos. A periferia da ilha é dominada por cadeias montanhosas. Estas, por sua vez, rodeiam uma grande planície central salpicada por colinas rochosas arredondadas (os *drumlins*) ou alongadas e constituídas de areia e cascalho (os *eskers*). Há também os pântanos de turfa (os *bogs*) e grandes lagos nos quais desemboca a maior parte dos cursos d'água.

O Shannon, que é o rio irlandês mais comprido, corre para o Mar da Irlanda. O cenário hídrico da referida ilha, como se mostrará adiante, está abundantemente presente nos ciclos mitológicos que explicam, sob o viés épico e religioso, a constituição territorial da Terra Céltica Insular. A costa do país é extremamente irregular e marcada por vários penhascos, sobretudo a oeste (Figura 2), em razão da ação dos glaciares. A porção mais recortada apresenta reentrâncias profundas que formam inúmeras baías e enseadas ao longo do litoral (NAT. GEO., 2008). As

---

<sup>21</sup> Antiga região da Macedônia que corresponde, atualmente, a vários países do sudeste europeu.

<sup>22</sup> Ocorrência de cloreto de sódio (NaCl) contida em estratos sedimentares no subsolo.

<sup>23</sup> Renânia é o nome genérico atribuído ao oeste da Alemanha, por onde passa o Reno. E Saône, nome de origem céltica, é o principal afluente francês do rio Ródano – que nasce na Suíça e deságua na França.

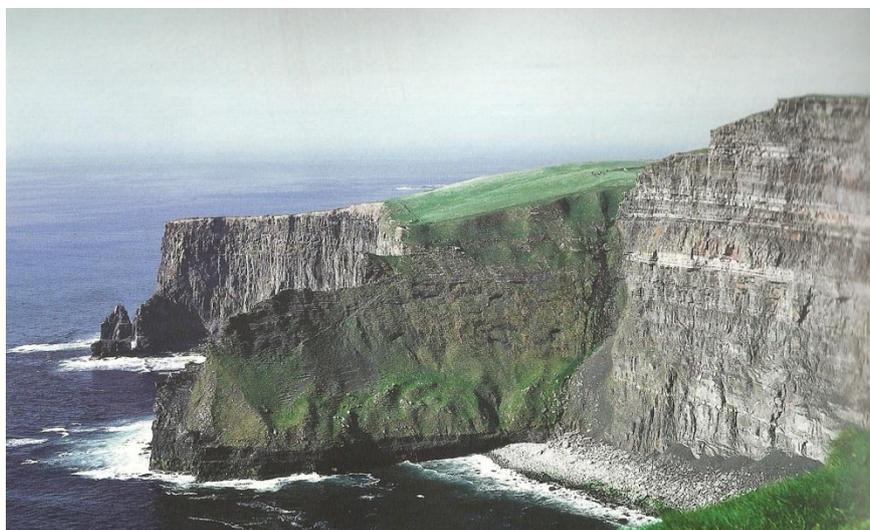
<sup>24</sup> O rio Mosela nasce nos Vosges – cadeia de montanhas da Europa Central – e termina no Reno. Seu curso d'água se desloca cortando os territórios da França, Luxemburgo e Alemanha.

<sup>25</sup> O estanho britânico estimulou grandes movimentações e contatos comerciais.

peculiaridades da paisagem irlandesa são complementadas por ínfimas manchas de floresta. No que diz respeito ao clima e vegetação da “Ilha Esmeralda”:

“A flora irlandesa guarda muitas semelhanças com a da Grã-Bretanha, sendo constituída, predominantemente, por ervas, juncos e samambaias. Nas florestas, escassas, as principais espécies são o carvalho, o freixo, a faia e o pinheiro, além de outras coníferas plantadas nas últimas décadas. É particularmente interessante a vegetação dos pântanos, com árvores velhas repletas de nódulos e rodeadas por ervas castanhas e violetas. O clima na ilha é marítimo, chuvoso e bastante uniforme em todo o território. Os ventos suaves de sudoeste e as águas quentes da corrente do Golfo amenizam as estações, durante as quais dificilmente se registram temperaturas extremas. A pluviosidade é elevada, embora irregular: as maiores precipitações ocorrem na costa oeste e as menores, na planície central, com valores intermediários no setor norte da ilha.” (NATIONAL GEOGRAPHIC, 2008, p. 78)

FIGURA 2 – Foto: *Cliffs of Mother*, famosos penhascos irlandeses.



Fonte: (NAT. GEO., 2008)

Vê-se uma íntima correlação entre as espécies da floresta temperada, como o carvalho e o freixo, e a cultura céltica no tocante à sua formação espiritual<sup>26</sup>, principalmente. No que tange a utilização do solo, as florestas ocupam apenas 9,6% do espaço total, enquanto os pastos chegam a 48,6% (NAT. GEO., 2008), talvez uma herança do passado pastoril. Na Grã-Bretanha, a vegetação usufrui de 11,6%:

“O corte de árvores e a pecuária destruíram as extensas florestas que antigamente cobriam o território britânico, as quais foram substituídas por ervas acidófilas, juncos e tojais. Algumas zonas altas foram reflorestadas com o plantio de coníferas. Em quase todo o país prosperam espécies de folha caduca, como carvalhos e faias. No norte predominam pinheiros e bétulas. As planícies protegidas do sul abrigam árvores próprias de climas subtropicais, como alguns tipos de palmeira.” (NATIONAL GEOGRAPHIC, 2008, p. 86)

---

<sup>26</sup> Vide o Ogham, alfabeto oriundo – provavelmente – das Ilhas Britânicas, cujos caracteres representam árvores sagradas da cultura céltica. Tal como as Runas, foi usado tanto na escrita como na divinação.

Assim, é válido lembrar de que as transformações observadas na vegetação das Ilhas Britânicas é, tal como no continente, um processo antigo atrelado aos hábitos sociais que, mesmo arraigados à natureza, acabaram por modificar em peso a paisagem ao longo do tempo. Por fim, tal como na Irlanda, o clima da Grã-Bretanha também recebe influências marítimas, as quais viabilizam a temperatura moderada com invernos suaves e verões frescos. Os ventos oceânicos do oeste transportam chuvas abundantes e frequentes, saturando o ar de umidade e gerando os típicos nevoeiros britânicos (NAT. GEO., 2008), presentes na mitologia celta sob o epíteto de “brumas”, as quais guardavam, para além do tempo e espaço, a passagem para o “Outro Mundo” – associado ao mar –, morada dos deuses e refúgio dos espíritos ancestrais.

Tem-se até aqui uma caracterização geral do ambiente físico que serviu de suporte ao espaço produzido e habitado pela civilização céltica. Conforme dita a análise de Robin Place (1989), os Celtas eram cheios de contradições. Lutavam incessantemente e, muitas vezes, uns com os outros. Ao mesmo tempo, oferendavam sacrifícios humanos e colecionavam cabeças. Entretanto, há de se ressaltar que são muitas as razões passíveis de justificarem os Celtas como povos civilizados, ainda que esta concepção divirja da de seus contemporâneos greco-romanos.

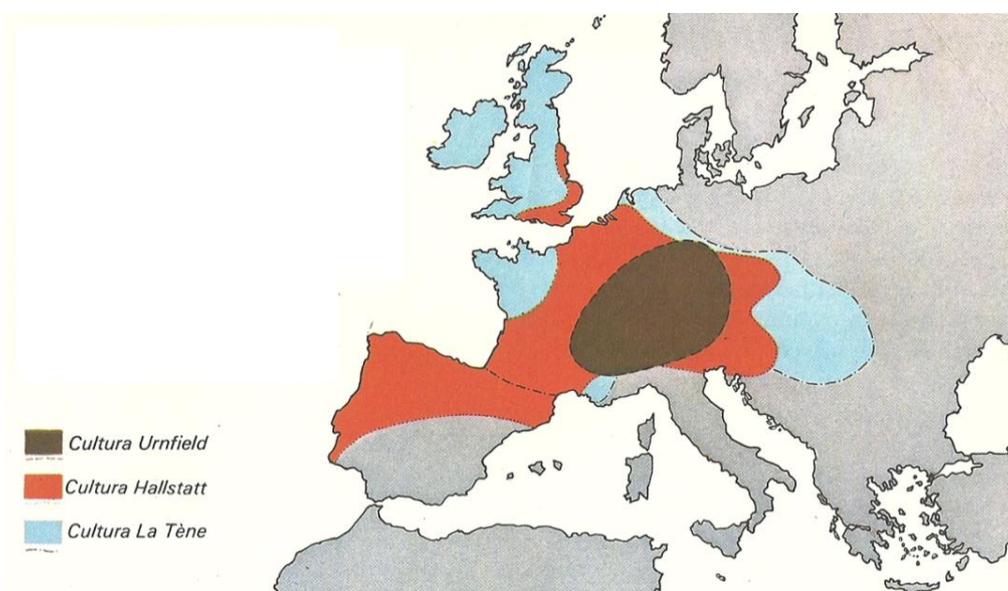
Os Celtas nunca se uniram para criar um grande império. Eles já conheciam a noção de Estado, porém, optaram simplesmente por negá-la. Dividiam-se em muitas tribos e estas, por sua vez, sujeitavam-se o tempo todo a alianças e rivalidades pelo poderio político da terra. Tal fragmentação, para muitos pesquisadores, pode ter sido o elemento crucial para a vitória do Império Romano e a consequente absorção da Terra Céltica, salvo o extremo norte da Escócia e a Irlanda. A forma mais segura de elucidação da cultura céltica está, sem sombra de dúvidas, pautada na arqueologia.

O que os Gregos e Romanos designavam por “Celtas”, deixou uma série de exemplares de cerâmica, instrumentos de trabalho e armas de guerra no subsolo. Os celtólogos associam tais aparatos, principalmente, à chamada cultura de La Tène (Figura 3), nome de um sítio arqueológico identificado na Suíça. Os objetos da referida cultura são parecidos com os de outra mais antiga, chamada Hallstatt, na Áustria, o que leva a crer que os povos deste escopo também deviam ser Celtas. Os arqueólogos admitem a existência de uma ligação entre os objetos de Hallstatt e os da cultura anterior, chamada Urnfield (PLACE, 1989). A seguir, desmiuçar-se-á cada um destes

complexos materiais. Porém, embora associados indiscriminadamente de forma genérica aos elementos célticos, os sítios não devem ser tomados como exclusividade absoluta de uma dada população, ainda que esta seja predominante frente ao vislumbre de vários registros associados a ela:

“[...] esqueceu-se com frequência de que o pertencimento étnico é determinado, em primeiro lugar, pela língua e não por uma civilização arqueológica cujo surgimento deve ser considerado um fenômeno estritamente cultural, e que pôde ser adotado, bem ou mal, por populações não-célticas. Daí a necessidade de separar com nitidez os dois conceitos: céltico, que indica um domínio étnico, e lateniano, designação de um domínio cultural e, por conseguinte, implicitamente cronológico.” (KRUTA, 1989, p. 3)

FIGURA 3 – Mapa: localização das principais culturas atribuídas aos Celtas.



Material desprovido de maiores informações (escala).

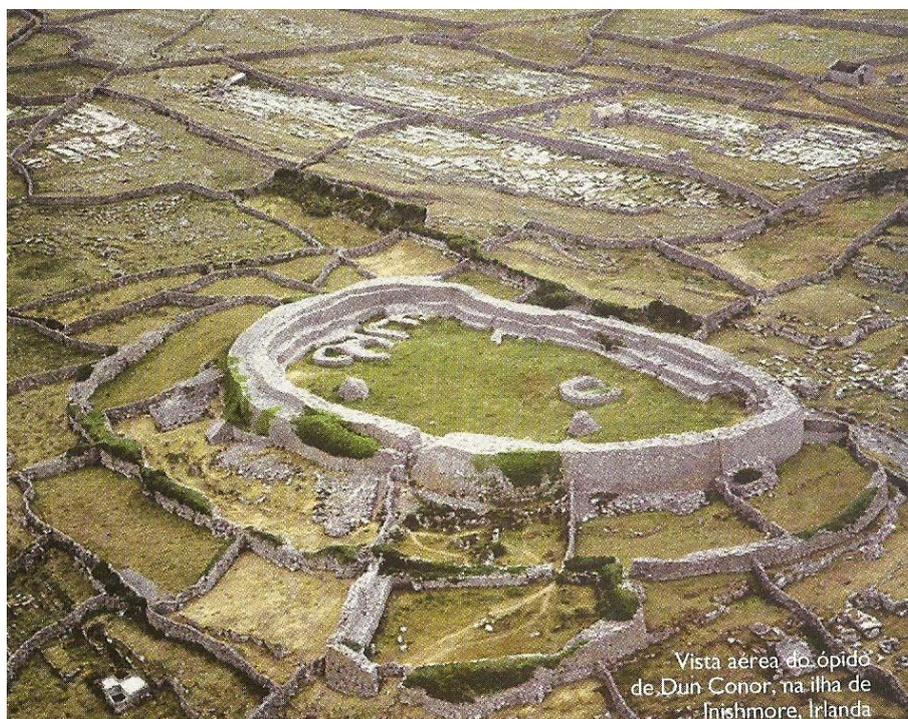
Fonte: PLACE, 1989

A categoria de vestígios mais numerosa é a das necrópoles. Elas fornecem informações acerca dos ritos funerários, importância e estrutura social, duração e continuidade dos grupos humanos que as utilizavam. O mobiliário de cada sepultura constitui “um conjunto de artigos que são, se não fabricados, pelo menos enterrados num mesmo momento” (KRUTA, 1989, p. 32). O ponto de partida no qual se baseiam a maior parte dos sistemas cronológicos são as sepulturas, principalmente os objetos nelas mais frequentemente encontrados: metais e adereços. Fornecem também abundante material antropológico, isto é, características da população de primeira ordem – morfologia, idade, variações por sexo, categoria social, alimentação, doenças, etc. Na falta de superposições de sepulturas, a topografia da necrópole, pode, entretanto,

determinar, ainda que aproximadamente, a sua extensão: progressão linear numa direção ou multiplicação a partir de um ou vários núcleos iniciais (KRUTA, 1989).

Os habitats célticos, isto é, os resquícios de urbanização advindos de antigas tribos, vilas e reinos constituem uma fonte de informação que “embora valiosa como as necrópoles, tem sido explorada de um modo muito desigual” (KRUTA, 1989, p. 33), pois a escavação de uma cabana é mais lenta e complicada do que a de uma sepultura. Entretanto, há uma importante exceção, tratam-se dos ópidos (*oppida*), famosos habitats fortificados (Figura 4). São facilmente localizados no terreno, confirmam fontes históricas e concentram vestígios arqueológicos de natureza espetacular. A identificação de habitats rurais é difícil, de modo que sua presença só é constatada no momento de sua destruição. O emprego de máquinas pesadas após a II Guerra Mundial revolucionou a escavação de tais sítios. A remoção da camada superficial da terra arável revelou, por diferença de coloração e consistência, toda a interferência humana no solo virgem. Também foram encontradas uma série de fundações de cabana e buracos deixados por pilares de construções em nível do solo (KRUTA, 1989).

FIGURA 4 – Foto: ópido de Dun Conor, na Ilha de Inishmore, Irlanda.



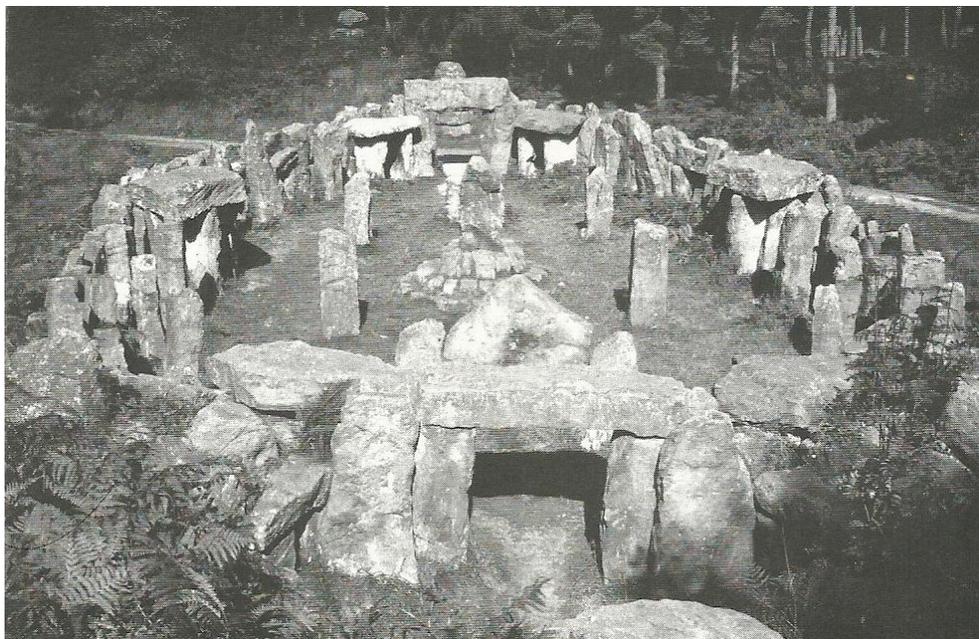
Fonte: HISTÓRIA VIVA, 2005.

Raramente os habitats célticos apresentam sucessão de níveis arqueológicos. O fato se dá em função do caráter disperso dos habitats rurais e por sua posição em

terraplenos fluviais, chapadas e outros lugares onde o depósito de terra não modificou sensivelmente o nível do solo proto-histórico com relação ao atual. Os ópidos são os que mais se prestam à estratigrafia, mas os trabalhos de terraplanagem efetuados no decorrer de reconstruções sucessivas provocou a destruição dos níveis mais antigos. Instalações de caráter técnico situadas fora de habitats – pontes, portos fluviais, etc. – são pouco conhecidas, porém, sabe-se de sua existência. Ademais, há também depósitos de objetos (tesouros monetários, perdas acidentais, oferendas votivas, etc.) e achados aquáticos. Os achados isolados, isto é, os artefatos célticos que fogem aos grandes centros de material arqueológico associados aos Celtas, atestam a frequência de certas zonas sem indicar, no entanto, vestígios de implantação duradoura. Por fim, os templos druídicos – como o de Shetland (Figura 5) – também constituem importantes vias de análise para a compreensão da dimensão social e cultural do território:

“O problema mais complicado é certamente dos lugares de culto, só sendo possível a sua identificação segura na medida em que não se confundam os vestígios de uma atividade religiosa com os de outra atividade. Cumpre dizer que a atribuição do adjetivo ‘cultural’ a certos vestígios, sejam eles objetos ou estruturas, foi em dado momento um modo elegante de mascarar a incapacidade de encontrar [...] outra explicação.” (KRUTA, 1989, p. 36)

FIGURA 5 – Foto: exemplo de templo druídico, localizado em Shetland.



Fonte: HAYWOOD, 2009.

Dadas as diretrizes básicas pelas quais a arqueologia ainda busca contribuir com a Celtologia, há que se discutir agora, individualmente, as principais características de que se dispõe acerca de cada cultura material, de Urnfield à La Tène. Optou-se pelo

estabelecimento de uma ordem cronológica, visando traçar com maior clareza – tendo em vista a reflexão e temporalidade confusas de alguns autores – as origens étnicas dos Celtas até sua chegada às Ilhas Britânicas, foco de interesse desta monografia. Para tanto, fez-se necessário o apontamento do cenário pré-histórico que subsidiou o aparecimento dos primeiros vestígios aqui tratados. Tem-se na sequência, portanto, os fatores que influenciaram decisivamente o aparecimento dos Celtas na Europa.

## **2.2. Os pressupostos primitivos da gênese celta.**

O fim das glaciações quaternárias abriu novas regiões para a habitação humana, especialmente no sul e norte da Europa Transalpina. A partir de 9.000 a. C., houve a penetração de caçadores e pescadores primitivos no leste da Dinamarca e terras bálticas (norte europeu) até os Apeninos. Neste contexto, desenvolveu-se a Zona Temperada da Europa e, durante muito tempo, as populações humanas viveram em pequenas comunidades coletoras. Estes povos, abundantes no Mesolítico, descendem de ramos misturados do Paleolítico Superior. Intrusos das estepes euroasiáticas, Espanha e noroeste africano também contribuíram com a provável infusão de sangue. Ou seja, não se pode falar ainda de raças puras na Europa (POWELL, 1965).

Em aproximadamente 4.000 a. C., os povos do Mesolítico foram perturbados por cultivadores e criadores de gado primitivos que passaram a se proliferar para o norte a partir das periferias do oriente. Durante o período Neolítico, imigrantes do sudeste tomaram posse das terras do Médio Danúbio, estendendo-se para o Reno e seus principais afluentes, para a confluência do Saale com o Elba (atual Alemanha) e para as margens superiores do Oder (atual República Checa). A economia neolítica se estendeu, principalmente, do Mediterrâneo Ocidental até as Ilhas Britânicas. Sabe-se que os primeiros habitantes neolíticos da Grã-Bretanha vieram, provavelmente, de uma rota que atravessava a França oriental, do Golfo de Leão até o norte (POWELL, 1965).

A partir de 2.000 a. C., a cultura de cereais nas áreas de bacias fluviais permaneceu de forma reduzida. Nas terras altas e na planície do norte europeu passou a predominar a prática da pastorícia. Paralelamente, ocorreu a introdução dos primeiros objetos de cobre e bronze (sobretudo ornamentos e armas) baseados, constantemente, em protótipos da Anatólia. Apesar das poucas provas, é possível que os colonos anatólicos tenham trazido consigo uma língua indo-europeia. Nos Balcãs, os primeiros artesãos de metais passaram a exercer grande influência na Europa Central. É então que

se configura um complexo de fatores composto por novos traços da cultura material, larga criação de cavalos e novas inferências linguísticas. Os machados de combate são, majoritariamente, os objetos mais característicos do período (POWELL, 1965).

A chegada dos indo-europeus em meados do segundo milênio a. C. ainda gera muitas dúvidas aos arqueólogos e historiadores. Alguns defendem as migrações nórdicas como ponto de partida, já outros uma possível gênese oriental. Porém, é certo que os pastores do “machado de combate” eram genuinamente indo-europeus. Diferente destes últimos, havia outro grupo (de caráter mediterrâneo) que ficou conhecido por seus magníficos vasos de olaria. Espalharam-se por toda a Europa Ocidental, da Boêmia à Grã-Bretanha. Embora de ramos distintos, ambos os povos pastoris representam fenômenos complementares entre si. Apesar do elemento indo-europeu ser preponderante, a fusão dos troncos gerou uma série de culturas híbridas entre a Europa Central e a Ilhas Britânicas (POWELL, 1965).

É muito provável que os indo-europeus tenham vindo da já citada Anatólia ou, como preferem alguns, de grupos nômades pastoris que viviam nas estepes da Ásia Central em aproximadamente 4.000 a. C. Segundo a teoria, de lá teriam se espalhado até a Índia, Oriente Médio e Europa. As tentativas que visaram atrelar os indo-europeus a uma cultura arqueológica bem caracterizada não foram satisfatórias até o momento. Sabe-se, no entanto, que as populações célticas pertenciam ao ramo ocidental da família indo-europeia, o qual “penetrou a partir do leste e do sudeste nos vastos territórios habitados por populações autóctones, cujo enraizamento era sólido o bastante para deixar vestígios [...] na toponímia” (KRUTA, 1989, p. 57).

Alguns acreditam que os indo-europeus remetem às populações pastoris do final do Eneolítico (Idade do Cobre – entre o Neolítico e Idade do Bronze) que, no decorrer do terceiro milênio a. C., introduziram o cavalo, os veículos com rodas e o costume das sepulturas individuais (*tumulus*) na Europa Central e ocidental. Outros defendem a origem neolítica, em colônias da Ásia Menor que, pelos Balcãs e regiões danubianas, expandiram a agricultura a partir do quinto milênio a. C. até o ocidente. Não há um consenso, é provável que tenham havido diversas e sucessivas vagas. Porém, segundo os linguistas, a cisão dos indo-europeus parece de fato coincidir com o aparecimento do metal. Logo, é “bastante provável, portanto, que as populações celtófonas<sup>27</sup> tenham

---

<sup>27</sup> Por “celtófonas” ou “celtofônicas”, entendem-se as populações que faziam uso de línguas célticas.

constituído um dos principais fatores étnicos da Europa proto-histórica já na Idade do Bronze, ou seja, a partir do final do terceiro milênio.” (KRUTA, 1989, p. 58)

As línguas célticas constituem um ramo excêntrico da família indo-europeia. Atualmente, é o grupo com menor número de praticantes. Porém, segundo John Haywood (2009), por volta de 300 a. C. foi, provavelmente, o grupo mais disseminado linguisticamente pela Europa. Vale ressaltar que o ramo em questão não faz parte das línguas primitivas do continente europeu, pois estas, por sua vez, não possuem relação alguma com as línguas indo-europeias. Atualmente, a permanência<sup>28</sup> das línguas célticas sobrevive, principalmente, em função da insularidade que a preservou:

“A língua – uma das características mais fundamentais da civilização céltica – extinguiu-se [...] de um modo mais ou menos lento, mas inexorável, e só logrou chegar até nós graças aos insulares britânicos e irlandeses da periferia ocidental do antigo mundo céltico. Foi daí que ela retornou, no século V da nossa era, ao continente europeu, na Bretanha<sup>29</sup>; desde então, a celtofonía manteve-se dentro de limites que praticamente não mudaram até a época atual.” (KRUTA, 1989, p. 1)

Há quem diga, inclusive, numa hipotética e deveras exagerada ideia, que se caso os Anglo-Saxões não tivessem imposto sua língua tão severamente, o mundo contemporâneo elevaria o vocabulário céltico ao posto dos mais populares e importantes. Devaneios à parte, sabe-se que a língua foi um importante fator na caracterização dos Celtas. Tal como o idioma, o trabalho com metais, expresso através dos artífices, também foi de suma importância para as populações em questão.

O bronze foi inventado no Oriente Médio em aproximadamente 4.000 a. C. Porém, segundo John Haywood (2009), o metal em questão parece ter se desenvolvido independentemente por volta de 2.400 a. C. na Europa Central. No decorrer da antiga e média Idade do Bronze, os machados se tornaram cada vez mais escassos e, ao mesmo tempo, assumiram a posição de símbolo. Os grupos pastoris persistiram cada vez mais armados e as sepulturas dos chefes de guerra eram agora ornadas com muito ouro e objetos belicosos. O auge da Idade do Bronze viabilizou, além da substituição das rústicas ferramentas de pedra, o comércio de longa distância e o surgimento de elites sociais, hierarquias e chefes de clã – características latentes da estrutura social inerente aos Celtas mais adiante (HAYWOOD, 2009).

---

<sup>28</sup> Como o irlandês / gaélico, língua oficial ainda disseminada nas zonas rurais e ocidentais da ilha.

<sup>29</sup> O autor refere-se, nesta passagem, à Península da Bretanha, na França.

Das citadas sociedades aristocráticas, destaca-se a cultura de Wessex no sul da Grã-Bretanha. Nesta passagem, é notória também a presença de povos predominantemente agrícolas. Porém, a secura do clima europeu neste período contribuiu com o declínio dos cereais. A tradição pastoril absorveu a população como um todo. No século XIII a. C., na região ao norte dos Alpes, crucial para origem dos Celtas, tudo já estava preparado para tal (POWELL, 1965). Eis que, subsequentemente, aparecem novas técnicas capazes de alavancar o cultivo da terra mais uma vez, associadas às populações da primeira cultura material desmiuçada logo a seguir.

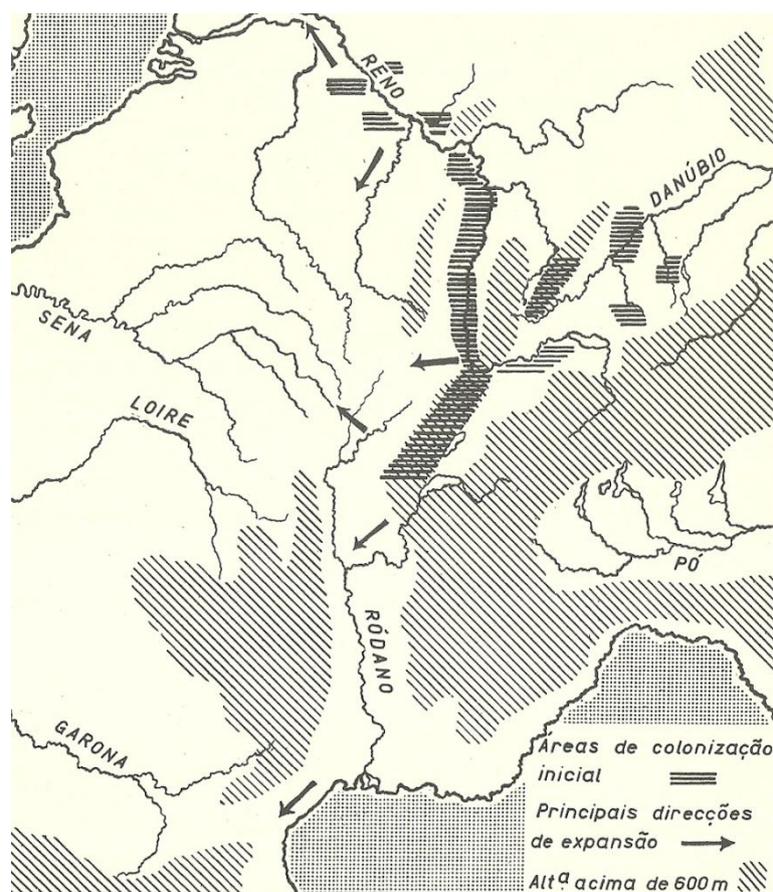
### **2.3. A cultura de Urnfield (aprox. 1.200 a. C.).**

Nas terras ribeirinhas do Danúbio Superior, especialmente na Áustria e na Baviera (Alemanha), surge um complexo material radicalmente modificado que se disseminou por vários países com o seu típico rito de inumação associado<sup>30</sup>. John Haywood (2009) defende o seu aparecimento primevo em cerca de 1350 a. C. na Hungria, de onde possivelmente teria se difundido para os principais focos. Seus responsáveis eram camponeses sedentários que trouxeram consigo um nível superior de conhecimentos agrícolas, viabilizando novamente o cultivo em larga escala, mesmo com as dificuldades impostas pelo clima mais árido. Foram também os grandes responsáveis pelo crescente desenvolvimento da indústria do bronze, com a inserção de novas técnicas e a diversificação de armas e utensílios (POWELL, 1965). Em meados de 1.000 a. C., as culturas do início da Idade do Bronze começaram a ser completamente substituídas – na porção central e ocidental da Europa – pelas necrópoles típicas desta cultura em ascensão (HAYWOOD, 2009).

---

<sup>30</sup> Os seus mortos eram cremados, os ossos quebrados e então colocados em uma urna que era enterrada num cemitério raso. Por “Campos de Urnas” entendem-se os locais que comportavam os tais complexos.

Figura 6 – Mapa: concentração e expansão dos Campos de Urnas na Europa.



Material desprovido de maiores informações (escala).

Fonte: POWELL, 1965.

Tem-se então, por volta de 1.200 a. C. – declínio da Idade do Bronze –, a cultura dos Campos de Urnas ou de Urnfield (PLACE, 1989), que se enraizou profundamente nos lagos da Suíça e nos vales do Reno Médio e Superior, estendendo-se também, eventualmente, para oeste e norte (Figura 6). John Haywood (2009) acredita que as línguas célticas já eram faladas há mais de 1.000 anos antes. No entanto, é com certa prudência que se deve considerar a “celticidade” do Bronze médio, com a chamada cultura dos Túmulos (KRUTA, 1989), nome dado de acordo com o seu característico modo de sepultamento, a partir do qual ocorreram as primeiras inumações individuais. Isto é, apesar das línguas célticas de fato emergirem dos primórdios da história, ainda soa insustentável, diante das poucas provas, falar de sua influência antes de Urnfield.

“Um caso inteiramente particular é o da civilização mais recente conhecida como a dos Campos de Urnas (século XIV e IX a. C.<sup>31</sup>), nome enganador, diga-se de passagem, quanto à exclusividade do rito funerário da incineração.

<sup>31</sup> 1.200 a. C. é considerado, aproximadamente, o clímax da dita cultura de Urnfield. Porém, têm-se variações nas referências que remetem ao seu início. Não há um consenso de tempo entre os autores.

Sua ampla difusão desde a Espanha até a Europa Central levou alguns estudiosos a reconhecerem nela uma primeira grande expansão céltica. Isso explicaria, inclusive, o povoamento céltico da Península Ibérica, o qual, segundo outras fontes que não as arqueológicas, parece ser relativamente antigo, ao passo que os primeiros elementos lateníanos não parecem ir além do início do século III a. C.” (KRUTA, 1989, p. 59)

No tocante aos Celtas na Península Ibérica – cujo real passado ainda está por decifrar – algumas teorias versam, como se mostrará adiante, sobre um possível ponto de disseminação para as Ilhas Britânicas, sobre o qual, inclusive, a mitologia pode estar de acordo. A lenta expansão de Urnfield resultou na amalgamação das velhas e novas culturas, com o predomínio das últimas. O declínio de Micenas<sup>32</sup>, importante centro comercial da época, e a desagregação do Império Hitita, proveniente da Anatólia, a partir do séc. XIII a. C., foram fatores decisivos no soerguimento deste novo complexo material em ascensão. Acerca da dimensão cultural que o engloba:

“É certo que dificilmente se poderá duvidar da presença dos Celtas entre as populações que abrangem a denominação genérica de Campos de Urnas, mas é muito provável que esta englobe também outros grupos étnicos. A civilização dos Campos de Urnas corresponde, na realidade, a um grau de produção e de consumo de objetos em bronze que antes se desconhecia, e fica frequentemente difícil distinguir uma semelhança que é o resultado da irradiação dos centros de produção [...]. Por exemplo, a semelhança de certas formas cerâmicas em regiões distantes explica-se, certamente, mais pela imitação dos mesmos vasos metálicos do que por uma relação direta entre essas regiões ou mesmo por um deslocamento de população.” (KRUTA, 1989, p. 59)

Assim sendo, ao tratar de complexos materiais, não se pode falar – como já dito anteriormente – em pertencimentos exclusivos. Sabe-se, no entanto, que os Celtas, pela altura de Urnfield já haviam muito provavelmente começado a se constituir etnicamente. No século VIII a. C., em resquícios da Idade do Bronze, apareceram bocados e freios metálicos, na Hungria e na província norte-alpina<sup>33</sup>. Tais aparatos apontam o estímulo do caráter marcial e o aperfeiçoamento da equitação, anunciando o predomínio concomitante de uma nova e excêntrica cultura (POWELL, 1965).

#### **2.4. A cultura de Hallstatt (aprox. 800 a. C.).**

Hallstatt (“local de sal”) se estende do Bronze Tardio até o início da Idade do Ferro, onde passa a desenvolver o seu caráter peculiar. Os historiadores a dividem em A (1.200-1.000 a. C.), B (1.000-800 a. C.), C (800-600 a. C.) – o auge de sua manifestação – e E (600-450 a. C). Foi descoberta e escavada entre 1846 e 1863, nos Alpes austríacos

---

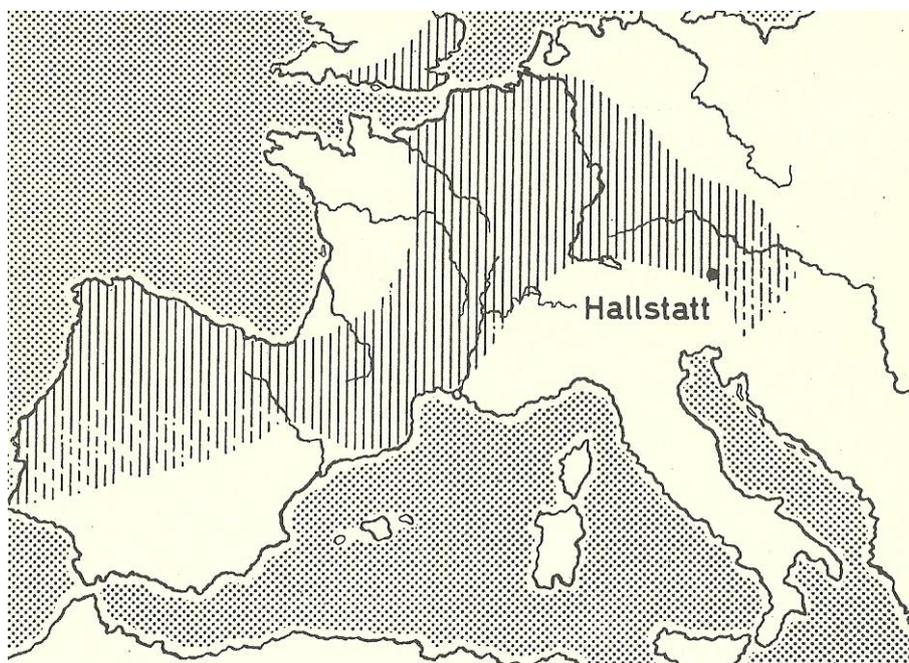
<sup>32</sup> Antiga cidade grega. Atualmente, constitui um significativo sítio arqueológico.

<sup>33</sup> Por “província norte-alpina” entende-se o centro hipotético da origem dos Celtas.

(HAYWOOD, 2009). Ao todo, foram encontradas 993 sepulturas da primeira Idade do Ferro, fornecendo um quadro completo do estágio de civilização que havia atingido os Celtas em seu habitat de origem, o norte dos Alpes, entre 900 a. C. e 500 a. C (LAUNAY, 1978). Desenvolveu-se primeiro ao longo do rio Danúbio na Áustria, Alemanha e Boêmia. Difundiu-se depois para os Países Baixos, Suíça, França, Espanha, Portugal e sudeste da Grã-Bretanha (Figura 7). Existem dois grandes domínios a se distinguir sob a designação de Hallstatt – a civilização hallstadiana ocidental e oriental:

“A segunda parece pertencer inteiramente a populações não-célticas, das quais conhecemos, pelo menos, os Vênets e os Ilírios da orla meridional, assim com os Citas da bacia dos Cárpatos e seus hipotéticos predecessores, os Trácio-Cimérios<sup>34</sup>. Portanto, é no quadro da civilização hallstadiana ocidental que se deve procurar os Celtas.” (KRUTA, 1989, p. 60)

Figura 7 – Mapa: a ocorrência de Hallstatt na Europa.



Material desprovido de maiores informações (escala / legenda).

Fonte: POWELL, 1965.

A dita civilização hallstadiana está cronologicamente situada na transição entre a pré-história e a proto-história. Os protoceltas, como alguns os chamam, são as populações presumidamente célticas do período em questão, embora alguns autores, como Venceslas Kruta (1989), julguem a nomenclatura demasiadamente generalista. Trata-se da cultura primitiva mais importante para os estudiosos da área, pois comprova

<sup>34</sup> Vênets e Ilírios são povos de origem indo-europeia. Os primeiros habitavam o nordeste da Itália e, os segundos, o oeste dos Balcãs. Já os Cimérios, aparentados dos Trácios (segundo Heródoto), viviam no Cáucaso – região do oriente europeu atrelada à cordilheira de mesmo nome e suas planícies adjacentes.

que os povos do centro da Europa eram Celtas, apesar de não marcar o aparecimento destes. A cultura de Hallstatt, ornada com oferendas ricas e longas armas de corte, tornou-se rica através do comércio de sal. A sua difusão é, provavelmente, resultado do comércio / contato social entre os grupos que já falavam línguas célticas e partilhavam valores similares. Entretanto, mesmo em seu auge, alguns grupos não aderiram os seus costumes. A Ibéria, a citar como exemplo, adotou-os seletivamente (ainda que tardiamente), já a Irlanda não (HAYWOOD, 2009). É no mérito efervescente da nova índole guerreira que os ópidos passaram a acompanhar o caráter marcial dos Celtas:

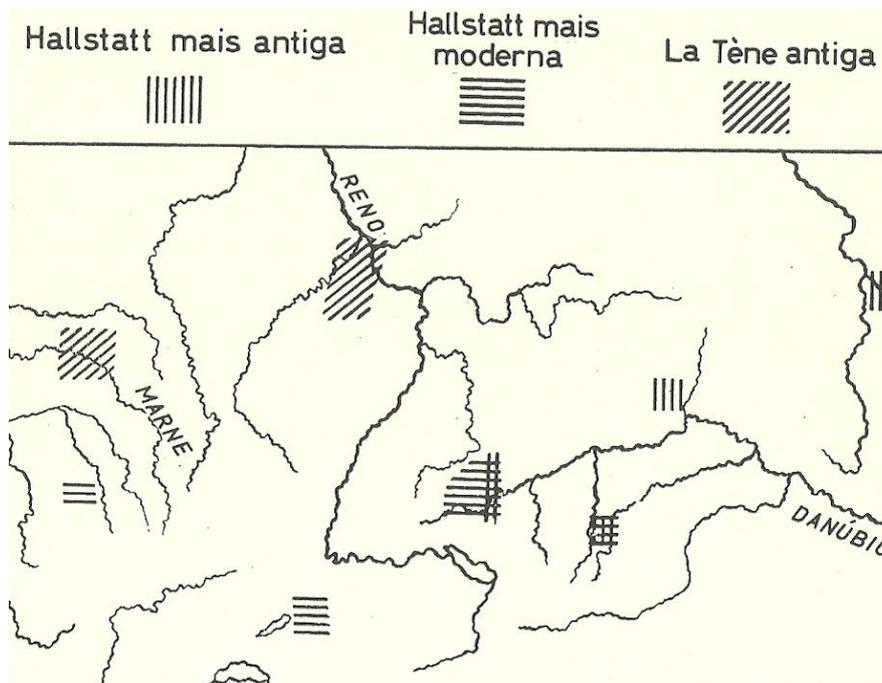
“Pode-se observar aí que a classe militar organiza-se em torno de chefes, cujo poder e prestígio crescentes logo exigiram a construção de residências fortificadas e a elaboração de um rito funerário especialmente espetacular.”  
(KRUTA, 1989, p. 60)

Eis que surgem túmulos de guerreiros estendidos em carros, sem cremação, equipados com lanças, espadas, cerâmicas e peças de carne. São os iniciadores da economia do ferro na Europa Central (Figura 8). Os registros funerários de Hallstatt constituem a espinha dorsal de tudo o que se conhece a respeito dos Celtas, de Heródoto até Júlio César – isto é, pode-se dizer que é neste contexto que as principais características célticas se definem. Tais povos receberam influências advindas do Mar Adriático e, com a expansão para oeste, tem-se o surgimento de grandes vias comerciais: ao longo do vale do Ródano, com a Massília dos Gregos e pelas rotas centro-alpinas, com os Etruscos<sup>35</sup>. Logo, portanto, o material arqueológico aqui tratado é, por esta altura, contemporâneo das referências clássicas aos Celtas (POWELL, 1965).

---

<sup>35</sup> Aglomerado de povos que viveram na Península Itálica.

Figura 8 – Mapa: a concentração dos chefes de Hallstatt na Europa Central.



Material desprovido de maiores informações (escala).

Fonte: POWELL, 1965.

A partir das fases finais da Idade do Bronze, os Celtas se expandiram em nova incursão até Portugal e Espanha, ocupando a Península Ibérica. A migração partiu do sul da França e sudoeste dos Campos de Urnas da província norte-alpina. Ao chegarem à Catalunha (Espanha), já estavam ultrapassados pela cultura de Hallstatt em suas terras de origem. Explicação plausível que justifica o fato de as urnas desta região datarem apenas do século VII a. C. Na sequência, espalharam-se para sul e oeste e, mais tarde, ocuparam o extremo ocidente dos Pirineus ao longo da costa atlântica: eis os Celtas de Heródoto, que viviam “para lá das Colunas de Hércules<sup>36</sup>” (POWELL, 1965).

As civilizações hallstatianas do tipo ocidental se caracterizaram pelo: aparecimento e difusão da siderurgia; domínio do armamento; desenvolvimento de arte decorativa essencialmente geométrica; hábito funerário misto – inumação e incineração; fortalecimento progressivo de uma estrutura social hierárquica dominada por chefes militares. Estes, por sua vez, optaram pelo controle de rotas estratégicas (em comunicação, matérias-primas e comércio de longa distância), estimulado pelo

<sup>36</sup> Refere-se ao Estreito de Gibraltar, abertura que separa o Mar Mediterrâneo do Oceânico Atlântico na altura da cisão entre a Península Ibérica e o norte da África.

nascimento das civilizações urbanas grega e etrusca na margem setentrional do Mediterrâneo. Sobre a subsequente transformação cultural:

“É no contato com essas civilizações que se opera a transformação do mundo hallstatiano, herdeiro direto das tradições anteriores da Europa proto-histórica. Transformação inicialmente lenta e desigual, depois verdadeira mutação que, no decorrer do século IV a. C., culminou na assimilação completa das influências mediterrâneas, tanto mais fortes quanto os celtas entram [...] em contato direto com o mundo grego-etrusco, e na fusão delas com a essência anterior, que por sua vez já estava consideravelmente modificada: é o surgimento da civilização céltica da Segunda Idade do Ferro – a civilização lateniana sob sua forma clássica.” (KRUTA, 1989, p. 63)

Já existiam relações contínuas entre os ditos bárbaros europeus e os povos mediterrâneos desde o século VII a. C., porém, o seu maior desenvolvimento se deu no século VI a. C., graças à fundação de Massília, situada no que parece ter sido uma das principais rotas do estanho britânico. Outro fator importante foi o estabelecimento das feitorias greco-etruscas de Ádria e Spina, no delta do Pó<sup>37</sup>, via fluvial que permitiu fácil penetração aos desfiladeiros alpinos e ao mundo hallstatiano.

Hallstatt chega ao fim por volta de 450 a.C. em razão de vários motivos, entre eles: a subjugação das tribos celtas por Massília e a competição com os Etruscos que reduziram o comércio nas rotas do Ródano. Em função do abandono de grandes centros de poder, houve o declínio dos chefes de clã. Além disso, a cremação substituída pela inumação pode ter se atrelado a grandes mudanças no sistema de crenças, influenciando, inclusive e diretamente, a própria arte em si (HAYWOOD, 2009).

As civilizações hallstatianas constituem ancestrais imediatos dos Celtas latenianos. No que aparece logo em seguida, alguns acreditam que os Celtas se impuseram a populações de troncos étnicos diferentes, outros já enxergam o aparecimento da nova cultura como produto da evolução interna da própria sociedade céltica. Entretanto, o mais coerente é que não haja contradição entre ambas as hipóteses e que a situação tenha variado conforme a região. “Porém, nada permite, por ora, elucidar completamente essa importante questão, que é a da definição da natureza real do povoamento céltico antes do período lateniano” (KRUTA, 1989, p. 61).

Não há um consenso no que tange a delimitação precisa do aparecimento definitivo daquilo que hoje se convencionou chamar de “celta” entre Urnfield e Hallstatt. A população dos Campos de Urnas já se denominava como tal, ou teria sido a

---

<sup>37</sup> Trata-se do maior rio italiano. Nasce nos Alpes e deságua no Mar Adriático, perto de Veneza.

nova leva de guerreiros de Hallstatt que deu origem à adoção do nome? Segundo T. G. E. Powell (1965), a segunda tese é a mais provável, visto que somente após a emergência da sociedade guerreira foi possível agrupar, sob o epíteto de *Keltoi*, as tribos bárbaras que cortavam a Europa da Península Ibérica até o leste dos Alpes. É possível que o referido termo, conhecido primitivamente em sua forma grega, tenha sido acatado pela província norte-alpina e seus desdobramentos mediante a adoção de um nome tribal ou familiar. O termo “Gálata” pode ter tido origem semelhante, no entanto, ele só aparece em autores clássicos posteriores à decadência de Hallstatt (POWELL, 1965).

A imagem física defendida por autores clássicos a respeito dos Celtas é baseada, principalmente, nas características mais estranhas aos indivíduos mediterrâneos, mas não necessariamente as mais abundantes. É muito improvável, mesmo nas mais antigas populações célticas, justificar-se uma “raça celta” – expressão indevidamente usada por vários autores entre o final do século XIX e início do século XX – por homogeneidade.

“Efetivamente, a região onde se formou a etnia celta foi, desde os tempos pré-históricos, um lugar de passagem onde as raças antropológicas, na medida em que existiram, se caldearam. Os Celtas, por toda parte onde se instalaram, encontraram no local populações de agricultores datando da época neolítica, que dominaram e assimilaram, diversificando por esses cruzamentos um tipo físico já pouco homogêneo. Parece, por exemplo, que certas regiões da França possuem uma porcentagem de ‘sangue’ gaulês mais alta do que na Bretanha, onde a consciência céltica, não obstante, permaneceu mais viva.” (LAUNAY, 1978, p. 35)

Há que se admitir, portanto, que a língua de fato agiu como principal elemento definidor dos Celtas como um todo. Porém, ainda que se encare a linguagem<sup>38</sup> como signo de uma sociedade, ela não a constitui em si mesma. Isto é, a língua não esgota as características de uma etnia. Acerca desta questão, Olivier Launay (1978), reflete:

“Se o tipo físico não é determinante, de que maneira se pode reconhecer os Celtas? Pensam alguns que a língua é o único critério indiscutível. No tocante aos tempos antigos, eles têm razão: os Gauleses cessavam onde não se falava mais gaulês. Mais tarde, porém, quando, sob a pressão das circunstâncias, os Celtas cessaram gradativamente por toda parte de falar sua língua, terão eles perdido, por essa razão, seu espírito particular?” (LAUNAY, 1978, p. 35)

Ou seja, sendo a civilização céltica um arcabouço sociocultural dotado de tantas excentricidades, é de se esperar que a língua, mesmo à frente de sua caracterização, não a reduzisse sistematicamente. Os Celtas eram também reconhecidos por sua organização social, costumes jurídicos, gestão política, gêneros e técnicas de literatura, estilo de arte

---

<sup>38</sup> Isto é, no caso dos Celtas, o modo particular de se comunicar atrelado à língua / idioma – cujas origens já foram aqui discutidas – e demais peculiaridades que fizeram sua oralidade ser destacada, inclusive, pelo próprio imperador Júlio César, o qual alegou ter se deparado com exímios detentores da boa retórica.

– plástica e lírica –, jogos e danças, costumes na paz e na guerra, bem como suas crenças religiosas (LAUNAY, 1978) – importante elemento conector de um povo tribal que, mesmo com potencial para tal, nunca almejou a unicidade. Se a cultura de Hallstatt foi, sem dúvida alguma, o tempo pelo qual as características pré-definidas em Urnfield se firmaram, foi no desenvolvimento subsequente que elas se obtiveram a evolução necessária para se consolidarem no imaginário ocidental em vigência até os dias que correm. A seguir, tratar-se-á do último complexo material aqui abordado, bem como a cultura associada que fez dos Celtas a sua grande fama.

### **2.5. A cultura de La Tène (aprox. 400 a. C.).**

O aparecimento dos Celtas entre os Gregos no século V a. C. coincide com os princípios da chamada civilização lateniana. Trata-se de um sítio arqueológico encontrado no lago Neuchâtel, na Suíça, e escavado de 1874 a 1907. Entre os celtólogos como um todo, a Idade do Ferro passa a ser então dividida em: “Primeira Idade do Ferro”, com o predomínio da cultura de Hallstatt ou hallstatiana; “Segunda Idade do Ferro”, com o predomínio da cultura de La Tène ou lateniana. Esta, por sua vez, também foi classificada por Gabriel de Mortillet, em 1875, como período gaulês ou marniano, expressão de caráter estritamente arqueológico. A civilização lateniana constitui, historicamente, o período clássico das populações celtófonas. Enquanto os povos de Hallstatt são denominados protoceltas, La Tène corresponde à transição da proto-história – estágio evoluído de barbárie, segundo adeptos do termo – para a história – estágio civilizatório, segundo a antropologia do século XIX<sup>39</sup> (KRUTA, 1989).

É uma cultura marcada pela arte de padrões sinuosos e geométricos, isto é, o estilo celta propriamente dito, bastante influenciado pela religião. Não era uma cultura homogênea e, a princípio, imitou e adaptou motivos decorativos gregos e etruscos. Mais tarde, apareceram os estilos regionalmente distintos. Com os novos chefes de clã, difundiu-se para Áustria, sul da Alemanha e França. Aproximadamente 150 anos mais tarde, alastrou-se também para o sudeste da Grã-Bretanha (Figura 9) e, lentamente, espalhou-se pelo norte e oeste da Irlanda. A cultura de La Tène foi pouco adotada na Ibéria (HAYWOOD, 2009). Acerca dos perfis humanos característicos da época:

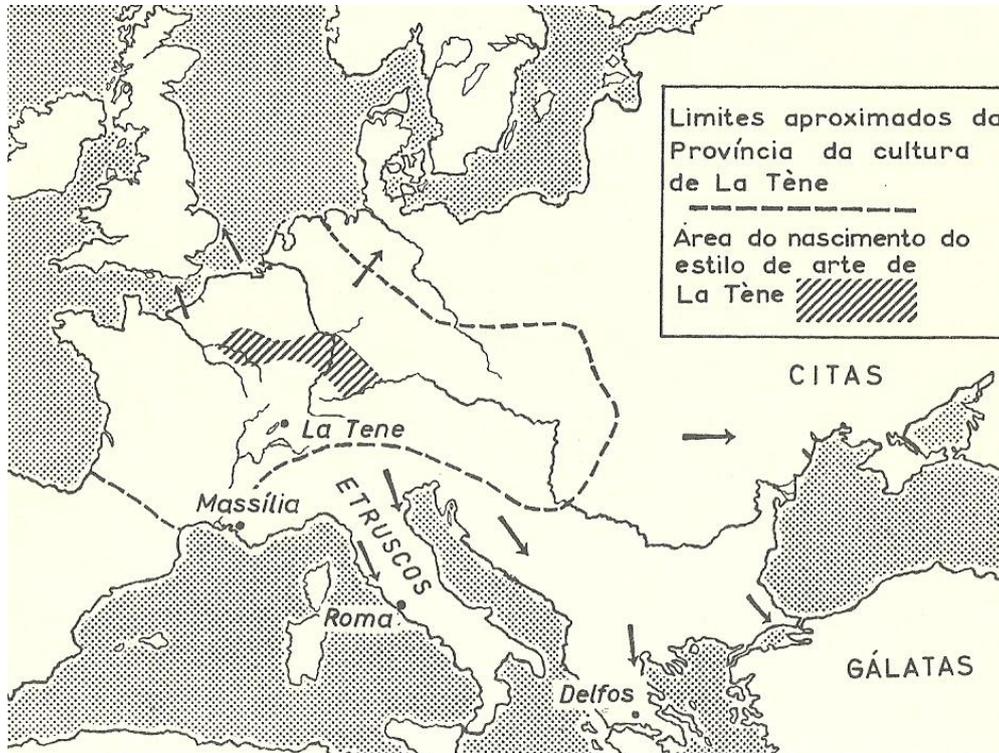
“Na realidade, parece que os Celtas, no momento em que chegamos a identificá-los com segurança (séculos V-IV a. C.), são quase tão

---

<sup>39</sup> O que não quer dizer, portanto, que a civilização hallstatiana não fosse civilizada perante os atuais parâmetros de análise, ditados tanto pela Celtologia como pela cátedra da antropologia contemporânea.

heterogêneos quanto as populações atuais. Essa situação acentua-se mais ainda no decorrer dos séculos III e II a. C. pela mistura de populações célticas e não-célticas resultante da ocupação de novos territórios.” (KRUTA, 1989, p. 33)

FIGURA 9 – Mapa: expansão entre os séculos V e III a. C., a partir de La Tène.



Material desprovido de maiores informações (escala).

Fonte: POWELL, 1965.

Dessa forma, é no contexto de ocupações, conflitos e miscigenações que a índole guerreira se intensificou ainda mais neste período e, armas que antes eram usadas para caçar e expor, passaram a assumir um caráter estritamente agressivo. Os sepultamentos típicos de combatentes são abundantes (Figuras 10 e 11). A cultura de La Tène persistiu avidamente até as conquistas romanas do século I a. C. Na Irlanda e Grã-Bretanha o estilo foi adotado massivamente cerca de 200 a. C. A cultura céltica que é conhecida universalmente está, em grande parte, pautada nas especificidades desenvolvidas na Terra Céltica Insular. Na Irlanda e Grã-Bretanha, o estilo era mais abstrato e geométrico, enquanto que na França e Alemanha havia o predomínio de temas com vegetação. A insularidade permitiu a sua continuidade através do período romano até o início da Idade Média. Foi neste momento que a arte, antes pagã (Figura 12), tornou-se cristã (Figura 13) (HAYWOOD, 2009). Eis até aqui o panorama geral no qual os Celtas se circunscrevem diante de suas origens continentais e, depois, insulares. Para finalizar,

dissertar-se-á sucintamente no próximo tópico acerca de algumas ideias – novas e antigas – tangentes ao aparecimento dos referidos povos.

FIGURA 10 – Foto: reconstituição de uma carreta sepulcral em La Tène.<sup>40</sup>



Fonte: POWELL, 1965.

FIGURA 11 – Foto: reconstituição de uma carreta sepulcral em La Tène.



Fonte: POWELL, 1965.

<sup>40</sup> Observa-se a nítida herança hallstadiana acerca dos corpos estendidos em carros, prática agora ornada com muitas armas de combate – dada a intensificação das batalhas – e objetos dedicados ao morto.

FIGURA 12 – Foto: medalhão de bronze encontrado na Irlanda (diâmetro: 32 mm).<sup>41</sup>



Fonte: POWELL, 1965.

FIGURA 13 – Foto: cruz erigida em pedra por cristãos do século X d. C.<sup>42</sup>



Fonte: PLACE, 1989.

<sup>41</sup> Expressa o famoso símbolo conhecido como Triskle, dotado de muitas interpretações e variações estéticas que, por vezes, são associadas hipoteticamente ao deus dos mares, Manannán Mac Lir. Sua presença também se faz marcante na bandeira da Ilha de Man, representado com três pernas humanas.

<sup>42</sup> Nota-se a permanência das peculiares formas geométricas atribuídas aos Celtas – vide as espirais.

## 2.6. As teorias que versam sobre a gênese celta.

O grego Timágeno, no século I a. C., discorreu sobre a teoria ensinada pelos Druidas: os Celtas eram parcialmente indígenas e, os que não se pautavam nesse enquadramento, provinham de ilhas distantes ou regiões a leste do Reno. Sobre a sua veracidade, no que toca à origem entre o Reno e o Danúbio, a arqueologia está de acordo, pois de fato os Celtas lá se constituíram como povo distinto durante os princípios da Idade do Ferro. Sobre as ilhas, Timágeno tomou sonho por realidade. Júlio César disse que os Druidas afirmavam serem os Gauleses descendentes de Dispater, o deus dos mortos. A lenda irlandesa o confirma citando Tethra e Bilé<sup>43</sup>. Para os Celtas, eles próprios eram “filhos da noite”, o sol que dela emergia. E, para tanto, acreditavam também no mito do eterno retorno (LAUNAY, 1978).

O discurso de Júlio César mencionou também a existência de ilhas muito distantes, mais tarde atribuídas à Espanha. Segundo Olivier Launay (1978), trata-se de uma inadvertência explicada pela mitologia, como se verá mais adiante. Pesquisas recentes sondam a real cronologia que se há de atribuir aos Celtas da Península Ibérica. Ainda que com provas escassas e instáveis, pistas levam a crer num possível núcleo de origem localizado em Portugal, mais antigo do que se possa crer. Em todo caso, para concluir este capítulo, é prudente entender que entre 800 a. C. e 500 a. C., o centro europeu já era incontestavelmente celta, sob o viés da cultura de Hallstatt. Nada indica que houve mudança de população entre a primeira e a segunda Idade do Ferro, dita La Tène, logo, estes últimos também são Celtas (LAUNAY, 1978).

---

<sup>43</sup> Dispater / Dis Pater foi uma divindade romana, posteriormente substituída por Plutão, correlato de Hades dos Gregos. Para os Celtas, Tethra e Bilé estão entre os equivalentes mitológicos do submundo.

### 3. A EXPANSÃO DOS CELTAS ATÉ AS TERRAS INSULARES

#### 3.1. O contexto geral das migrações.

Constantemente, crê-se que o temperamento migratório dos Celtas tendia ao êxodo de tribos inteiras. Tal crença se baseia, principalmente, na descrição que César fez a respeito da movimentação dos helvécios<sup>44</sup>. Cabe ressaltar que a situação histórica do século I a. C. é demasiadamente distante da que ocorria no século IV a. C. A migração helvécica é o “êxodo de um povo, já desenraizado anteriormente pela pressão germânica, num mundo céltico inexoravelmente triturado pelo avanço de antigos ou novos inimigos e dilacerado por suas contradições internas” (KRUTA, 1989, p. 87). Entretanto, entre os séculos IV e III a. C., o mundo céltico está em seu apogeu e nenhuma força coerciva obrigava a totalidade de uma tribo abandonar seu território. A arqueologia não atesta a ocorrência de tal fenômeno. Ao contrário, quando se encontra o foco hipotético de uma expansão, é sempre uma região onde o povoamento era muito denso – demandando, portanto, a saída de indivíduos –, sem qualquer vestígio de interrupção notável. Eventualmente, a partida provocava uma queda demográfica – como na zona marniana<sup>45</sup> posterior ao início do século IV a. C. (KRUTA, 1989).

“Portanto, é mais correto considerar a expansão céltica como um fenômeno de colonização, baseada num recrutamento capilar do excedente populacional, repetido várias vezes na mesma região de acordo com as necessidades. Isso pode explicar, nos casos em que o novo grupo era suficientemente importante para conservar sua identidade étnica, a proliferação de tribos que tinham o mesmo nome em regiões do mundo céltico distanciadas entre si<sup>46</sup>.” (KRUTA, 1989, p. 88)

Assim, tem-se em mãos os relatos oriundos de movimentações que, em sua essência, não visavam – salvo poucas exceções – grandes deslocamentos populacionais. As migrações em tempos pré-históricos ainda permanecem por serem decifradas completamente. Porém, as movimentações em tempos históricos são bem testemunhadas e dramáticas (tanto em escala como impacto) e há certa relativa abundância de referências que provam seus ocorridos. Num contexto geral, entre o século V e III a. C., os Celtas foram através dos Alpes até a Itália e, seguindo o

---

<sup>44</sup> Ocupantes da chamada Helvécia, região da Terra Céltica Continental situada mais precisamente no planalto entre os Alpes suíços e a cordilheira do Jura, ao norte da parcela do referido maciço alpino.

<sup>45</sup> Atrêla-se à classificação Gabriel de Mortillet (feita em 1875) a respeito da civilização lateniana situada no que hoje corresponde ao departamento de Marne (França), nomeado pelo rio homônimo – também afluente do Sena – que, em tempos antigos, conferiu aos seus habitantes próximos o epíteto de Marnianos.

<sup>46</sup> Como os Atrébates e os Parísios, tribos britânicas cujos nomes são continentais.

Danúbio, espalharam-se para os Cárpatos e para as estepes ucranianas, Balcãs, Grécia e Anatólia. Pequenos grupos chegaram mesmo até o Egito (HAYWOOD, 2009).

A partir de seu possível ponto de origem, os Celtas se expandiram para oeste, ocupando o leste da França, onde então a cultura de La Tène veio a se proliferar com maior intensidade em âmbito continental. As tribos continuaram a avançar para oeste e sudeste, onde se encontraram e se misturaram com a população dos dólmens e menires, cujos ancestrais diretos são responsáveis, por exemplo, pelo soerguimento de Stonehenge – no sul da Grã-Bretanha<sup>47</sup>. Eis que os Celtas, nesta passagem específica, se impregnam de profunda religiosidade. Isto é, suas práticas devocionais vieram a se fortalecer com tais relações (LAUNAY, 1978). A esta altura, os Gregos já haviam percebido a existência dos Celtas e estes, por sua vez, já possuíam uma cultura aristocrática sofisticada, com trabalhos em ferro / bronze e estilo distinto de arte decorativa, conforme mostram as provas arqueológicas (HAYWOOD, 2009).

Ao expandirem ainda mais para as terras ocidentais, chocaram-se com os Iberos, tão bélicos quanto eles próprios. Tratava-se de um povo diferente dos camponeses pacíficos que os Celtas outrora encontraram. Porém, não houve nenhuma grande guerra e, nas fases subsequentes, ambos se fundiram. Tem-se daí em diante os famosos Celtiberos. Os Gauleses assimilaram a cultura material mais avançada dos Iberos e estes, por sua vez, aderiram à língua dos invasores (LAUNAY, 1978).

Até aqui, a região da Gália passou por um superpovoamento, especialmente nas áreas tangentes ao seu núcleo. Em função deste, houve um refluxo da referida região até a Europa Central. Concomitantemente, tribos teutônicas do sul da Escandinávia e margens setentrionais da Alemanha impeliram os Celtas para ainda mais adiante. Tudo o que se sabe acerca dos registros migratórios posteriores ao citado ocorrido está pautado em datações imprecisas e fartas nebulosidades. Não há, portanto, consenso entre os celtólogos a partir deste trecho da história das migrações (LAUNAY, 1978).

Os Celtas chegaram até o rio Dnieper<sup>48</sup> em sua extensão oriental e de lá seguiram o vale do Danúbio até atingirem os Citas na atual região iraniana. Aproximadamente 20.000 guerreiros celtas migraram para a Ásia Menor, constituindo

---

<sup>47</sup> Dólmens e menires são monumentos megalíticos, isto é, construções baseadas em grandes blocos de pedras rudes. Os primeiros constituem espécies de câmaras tumulares, enquanto os segundos, por sua vez, referem-se às estruturas – provavelmente cultuais – erigidas verticalmente no solo.

<sup>48</sup> Nasce na Rússia e deságua no Mar Negro.

uma confederação autônoma de três “reinados”. Eis os Gálatas que se sobrepuseram à população autóctone frígia (de língua grega), dando origem a um povo grego-céltico. Este último, por sua vez, teve curta duração, visto o distanciamento do tronco celta principal (LAUNAY, 1978). “A investida oriental marca o ponto culminante da expansão céltica. Daí em diante, a ofensiva dará progressivamente lugar à defensiva e o domínio dos Celtas começará a retrair-se” (KRUTA, 1989, p. 87).

Houve também uma grande migração para o sul, na direção do vale do Pó, que culminou na criação de um dos maiores pesadelos romanos ao norte da Itália. Tal ocupação é conhecida entre os celtólogos como Gália Cisalpina. Na sequência, há que se ressaltar a ocorrência, ainda que demasiadamente mal relatada, das migrações que deram origem à Irlanda e Grã-Bretanha, futura pátria dos Celtas (LAUNAY, 1978). Vale elucidar que Bretanha era o termo empregado até a Idade Média para designar a Grã-Bretanha propriamente dita, enquanto Pequena-Bretanha, vez ou outra utilizado, indicava a Armórica<sup>49</sup>. Atualmente, esta última é conhecida apenas por Bretanha, região administrativa localizada no oeste da França, próxima ao Canal da Mancha.

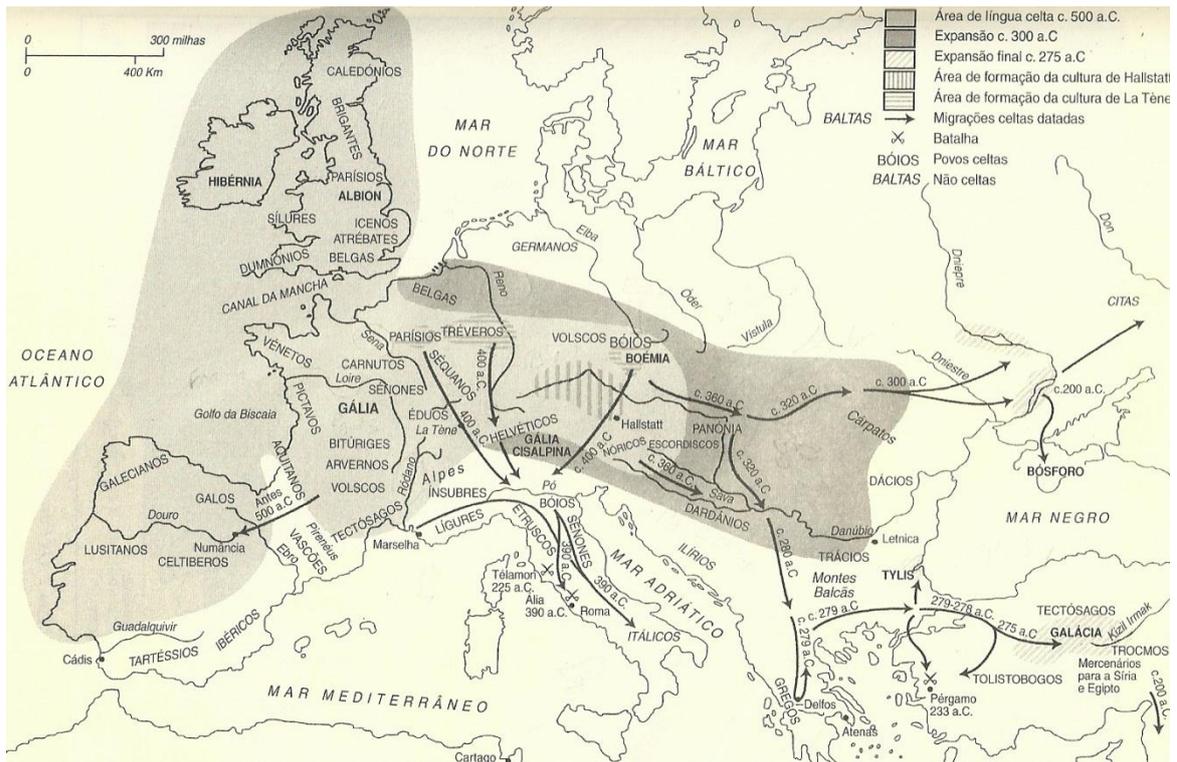
A partir do final do século III a. C., houve o declínio do grande período das migrações celtas (Figura 14). Na Itália, os Celtas haviam começado a se retirar, impedidos de avançar por vizinhos poderosos. As migrações, desde então, limitaram-se ao interior do da Terra Céltica. A mais importante delas é, sem dúvida, a migração dos Belgas para a Grã-Bretanha. É provável que tenham ocorrido outras migrações não documentadas da Gália para as terras insulares: duas tribos britânicas, os Atrébates e os Parisios, têm nomes continentais (HAYWOOD, 2009). Segundo Venceslas Kruta (1989), a Terra Céltica entre IV e III a. C.:

“... pode ser comparada a um tecido de trama larga, constituído pelos núcleos tribais, através da qual se deslocam com uma surpreendente fluidez grupos humanos de importância e homogeneidade desiguais, atraídos aqui ou ali pela esperança de poder adquirir terras, riquezas ou glória militar. Apesar das aparências, as invasões célticas assemelhar-se-iam mais, portanto – se tal comparação não fosse um tanto forçada –, às dos escandinavos da alta Idade Média – saqueadores, colonos ou aventureiros – do que às grandes invasões dos germanos, lançados sobre o império romano pelo repetido choque com os nômades orientais.” (KRUTA, 1989, p. 88)

---

<sup>49</sup> Refere-se ao nome dado na Antiguidade à região da Gália que incluía a Península da Bretanha (França) e o território entre os rios Sena e Loire. O nome “Bretanha” lhe foi atribuído graças à presença dos bretões que, em aproximadamente 500 d. C., ali se instalaram em peso acoados pelos Anglo-Saxões.

FIGURA 14 – Mapa: as grandes migrações celtas.



Fonte: HAYWOOD, 2009.

Visto o longo raio de alcance conquistado e estimulado pelos Celtas através do ímpeto marcial que lhes é atribuído (Figura 13), é de se esperar uma massa populacional significativa. No que tange a densidade demográfica, Olivier Launay (1978) acredita que, tomando por referência uma população rural desprovida de cidades complexas e dependente da agricultura de subsistência, 30 habitantes por quilômetro quadrado parece uma hipótese aceitável – nas regiões mais ricas da Terra Céltica, séc. III a. C. O número pode cair nas áreas mais florestais ou montanhosas. Tem-se um total de aproximadamente 30 milhões de habitantes entre o continente e as Ilhas Britânicas. No tocante às tribos, havia um total perto de 120 povos-nações. Estima-se que na sua maior expansão, os Celtas podem ter atingido até 50 milhões de homens. A base demográfica de Roma era insignificante comparada aos referidos povos.

Agora, feitas todas as considerações necessárias para tal, os próximos tópicos discorrerão acerca da constituição territorial especificamente inerente à Terra Céltica Insular, ainda fazendo uso de registros históricos e arqueológicos conjuntamente, a fim de embasar sistematicamente a ocupação celta na Grã-Bretanha e Irlanda – com maior ênfase de detalhamento – dentro da prévia dinâmica já apresentada pela monografia.

### 3.2. A ocupação da Grã-Bretanha sob o viés arqueológico.

No segundo milênio a. C., concomitantemente ao desenvolvimento de Urnfield, havia na Grã-Bretanha e Irlanda uma cultura material entorpecida: heranças advindas dos machados de combate, dos vasos de olaria e das influências mesolíticas ocidentais como um todo. Em pleno século XV a. C., a Idade do Bronze lá ganhou força. Paralelamente ao avanço do referido metal, surgem os povos pastoris. Tem-se, na sequência, o início da província norte-alpina (Campos de Urnas) que, notoriamente, deixou indícios de sua influência nas terras insulares. No estuário do rio Tâmis<sup>50</sup>, foram encontradas espadas de bronze do Médio Reno provenientes do século X a. C. Na mesma época, espalhou-se por ambas as ilhas o machado com encaixe: artigo de comércio que viabilizou maiores oportunidades para a indústria de metais, de modo que não era mais necessário fazer grandes importações do continente (POWELL, 1965).

Os primeiros fluxos migratórios que rumaram ao sul da Grã-Bretanha são resultados da expansão dos Campos de Urnas. Eram refugiados do norte da França, conforme indicam as cerâmicas oriundas da média Idade do Bronze. A partir do século VIII a. C., imigrantes em maior escala passaram a penetrar o território britânico. Entre as áreas mais afetadas, destacam-se: Sussex, Dorset e Wiltshire. Tais povos trouxeram consigo a economia agrícola sedentária e o rito de cremação. Este, por sua vez, já era há muito ali praticado, sendo uma prática advinda do Neolítico recente. Os autênticos materiais de Campos de Urnas só foram introduzidos na Grã-Bretanha após a sua expansão para o norte do Reno, na França. Tal aparição permaneceu confinada à costa sul e depressa foi absorvida. É provável que estes últimos chegados tenham assimilado povos suíços no decorrer de sua aventura, refugiados pelos guerreiros de Hallstatt utilizadores do ferro já no século VII a. C. (POWELL, 1965).

No que tange a subsequente colonização do norte e oeste da Grã-Bretanha, há o domínio de guerreiros com espadas e arreios do tipo de Hallstatt. É mais provável que tenham sido bandos de aventureiros do que comunidades completas propriamente ditas. Ao adentrarem num lento processo de emigração, os guerreiros de Hallstatt podem ter reunido grupos heterogêneos de seguidores entre os povos que dominaram.

A Idade do Ferro britânica pode ser dividida em A e B. A primeira, data do século V a. C., foi marcada por colonizadores vindos dos Países Baixos e norte da

---

<sup>50</sup> Rio do sul da Grã-Bretanha que banha Oxford e Londres (Inglaterra), desaguando no Mar do Norte.

França. Estes, por sua vez, ocuparam o sul e leste da Grã-Bretanha. A cultura material ainda estava atrelada ao escopo de Hallstatt. Os primeiros invasores beiraram a insignificância. Porém, ao longo de dois séculos, passaram a se estender a partir das zonas de desembarque. Apesar de influxos continentais posteriores, o povo da Idade do Ferro A constituiu, grosso modo, a grande massa populacional da Grã-Bretanha até o advento da conquista romana. Tribos deste conjunto só vieram a invadir a parte baixa da Escócia no começo da era cristã, fugindo dos conflitos entre Belgas e Romanos. Todos eles eram, indubitavelmente, Celtas (POWELL, 1965).

La Tène é resultado da reorganização do poder e da riqueza nas fases finais de Hallstatt, gerando novos materiais e arte decorativa singular. As tribos envolvidas eram as mesmas e seus patronos foram os chefes das carretas sepulcrais. Estes últimos foram os grandes responsáveis pela expansão no leste europeu, Itália e Balcãs. Por consequência, podem ter impulsionado a saída do povo de Hallstatt – Idade do Ferro A – para a Grã-Bretanha. La Tène só veio a atingir as terras insulares no século III a. C. Na Idade do Ferro B, os habitantes eram também referidos como Marnianos, pois sua origem corresponde ao moderno departamento de Marne (França). Tais indivíduos fizeram eclodir uma nova pátria e, com grande êxito, se tornaram precursores da escola insular de arte La Tène (POWELL, 1965). Isto é, consolidaram o caráter celta da ilha.

A fase final da ocupação da Grã-Bretanha anterior à conquista romana se dá com o estabelecimento dos Belgas no sudeste da ilha no século I a. C. Esta passagem está muito bem documentada, tanto na arqueologia como nas páginas de Júlio César. Os Belgas, pela língua e organização social, podem ser chamados de Celtas e, além disso, formavam a espinha dorsal da resistência local contra os Romanos (POWELL, 1965).

### **3.3. Os primeiros registros históricos.**

Os Belgas se glorificavam de uma suposta origem germânica e invencível. Eram os mais aguerridos e persistentes adversários de Roma na Gália. Sabe-se que todos eles vieram de terras transrenanas, isto é, além do rio Reno. Falavam uma língua céltica muito semelhante à dos outros Celtas da Gália. César relata que, em tempo anterior ao seu, colônias belgas haviam se estabelecido no sudeste da Grã-Bretanha. Trata-se do primeiro e único registro de fonte histórica – com provas documentais diretas – que se tem acerca de migrações celtas (ou parcialmente celtas) para o referido território. Há

muitas outras provas, no entanto, que demonstram ter havido estabelecimentos anteriores (POWELL, 1965).

Há a menção de uma hipotética viagem de Massília até Tartesso (Figura 14), ao longo das costas mediterrânea e atlântica da Espanha, passando pelas Colunas de Hércules, em meados do século VI ou V a. C. Nada indica que tenha sido a primeira excursão do gênero, porém, alguém a descreveu numa crônica, fornecendo não apenas informações sobre a costa espanhola, mas também sobre terras muito ao norte das rotas atlânticas da Europa. Trata-se de um documento chamado “Périplo Massiliota”. Infelizmente, o texto sobrevive apenas de fragmentos citados no poema “Ora Marítima” de Rufo Festa Avieno, no século IV. Referia-se ao cartaginês Himilco. Porém, não se sabe se este de fato visitou as Ilhas Britânicas. De qualquer forma, muitos geógrafos gregos, como Eratóstenes em meados do século III a. C., já tinham conhecimento das ditas terras ao norte (POWELL, 1965). Venceslas Kruta (1989), explica um pouco mais acerca da sobrevivência inerente aos registros de Himilco (ou *Himilcon*):

“Uma série de informações sobre a topografia e as populações do litoral atlântico desde a Espanha até a Bretanha [...] estava provavelmente contida no relato da viagem de exploração que o navegador cartaginês *Himilcon* efetuou na primeira metade do século V. a. C. Esse relato, ao que tudo leva crer, foi traduzido para o grego, mas somente alguns fragmentos nos chegaram em *Descriptio orbis terrae (Les rivages maritimes, em francês)*, poemeto geográfico no qual Avieno [...] descreve as costas europeias desde a Britânia<sup>51</sup> até Marselha.” (KRUTA, 1989, p. 15)

Segundo o relato do aventureiro cartaginês, os Tartessos comerciavam para norte até a altura das chamadas Oestrymnides – algo possivelmente equivalente à Armórica –, que se crê serem as ilhas e a Península da Bretanha (Figura 15). E os Tartessos diziam que os Oestrymnidas, por sua vez, comerciavam com os habitantes de duas grandes ilhas: Albion e Ierne. Eis a mais antiga menção histórica à Grã-Bretanha e Irlanda. Os termos em questão são, seguramente, formas gregas para nomes nativos oriundos do ramo irlandês das línguas célticas. *Ériu* (irlandês antigo) e *Éire* (irlandês moderno) derivam de uma forma anterior que deu origem à “Ierne”, em grego. *Albu*, que originou “Albion”, era empregado em irlandês como sinônimo de Grã-Bretanha até o século X (POWELL, 1965). Segundo Olivier Launay (1978), os Fenícios foram os primeiros a frequentar as chamadas Ilhas Cassiteridas – leia-se Britânicas – vários séculos antes dos Gregos, em busca do estanho cujo comércio monopolizavam. Entretanto, apesar de seu famoso alfabeto, não registraram nada sobre tais viagens.

---

<sup>51</sup> Antiga designação para a Grã-Bretanha, oriunda da província romana que ocupava o centro-sul da ilha.

FIGURA 15 – Mapa: Massília e as rotas marítimas ocidentais.



Material desprovido de maiores informações (escala / legenda).

Fonte: POWELL, 1965.

A segunda fonte mais antiga é dada pela viagem de Píteas, de Massília, entre 325 e 323 a. C. Também só é conhecido por terceiros, mas citado – ainda que com descrédito – por vários autores como Políbio, Estrabão<sup>52</sup> e Avieno. Píteas menciona as chamadas Ilhas *Pretanic* (Pretânicas) para se referir ao que hoje se conhece por Grã-Bretanha e Irlanda (Figura 15). Seus habitantes eram conhecidos como *Pritani* ou *Priteni*, muito provavelmente genuínos nomes célticos. Estes, por sua vez, sobreviveram no galês (referente ao País de Gales) através da palavra *Prydain*, renunciando o atual *Britain*, talvez fruto de uma má pronúncia que deu lugar também a *Britannia* ou *Britanni*. Píteas não cita os nomes de Albion e Ierne para se referir às Ilhas Pretânicas. Porém, Massília dispunha de vias comerciais terrestres para o nordeste e, por consequência, é provável que seu povo já conhecesse tais nomes o suficiente para dispensar maiores explicações (POWELL, 1965). Sobre os trechos sobreviventes:

<sup>52</sup> Geógrafo, historiador e filósofo grego (63 ou 64 – 24 a. C.).

“O navegador massaliota<sup>53</sup> Píteas efetuou, provavelmente na segunda metade do século IV a. C., uma longa viagem de exploração no Atlântico e no Mar do Norte, a qual o levou talvez até o Báltico. Apenas fragmentos de sua obra *Do Oceano* foram retomados por Hiparco (século II a. C.), para nos serem transmitidos em seguida por Estrabão. Talvez tenha sido este último quem introduziu o termo ‘céltico’ em algumas passagens conservadas.” (KRUTA, 1989, p. 16)

Aparentemente, conforme apontam as descrições, Píteas visitou apenas a Grã-Bretanha e não a Irlanda. No entanto, isso pode significar a admissão de que havia uma semelhança generalizada entre os habitantes das duas ilhas. Na literatura irlandesa, o nome *Pritani / Priteni* designa habitantes da Grã-Bretanha ou residentes da Irlanda que de lá também vieram (POWELL, 1965). Questiona-se a teoria: a introdução do nome “Pretânico” no grego por volta do século IV a. C. estaria indicando uma nova e predominante população em Albion ainda não existente no “Périplo Massiliota”? Eis um mistério que até o momento não foi devidamente esclarecido pelos esforços da Celtologia. Em meados do século VI a. C., tem-se em Albion imigrantes da Idade do Bronze recente ocupando, principalmente, as regiões costeiras do sul. É provável que estivessem sujeitos aos senhores guerreiros de Hallstatt. Já no tempo de Píteas, é quase certo que a ilha era dominada pelo que ele chamou de “Pretanos”. Logo, portanto, há uma forte probabilidade de que alguns Celtas insulares, se não todos, se nomeassem *Pritani / Priteni* desde a Idade do Ferro A britânica (POWELL, 1965).

### 3.4. O caso da Irlanda.

A sobrevivência da rica herança linguística e literária dos tempos antigos contrasta com os testemunhos arqueológicos incompletos da “Ilha Esmeralda”. Nas fases iniciais da Idade do Bronze, a indústria de metais já era bastante desenvolvida. Seus artífices não tardaram a adaptar o ofício com novas e rebuscadas técnicas. Porém, não há prova de ter havido acréscimos à população nativa antes do século VI a. C. A partir deste, materiais de bronze e cerâmica indicam a chegada de colonos detentores de uma variante da cultura de Hallstatt. Podem ter sido aventureiros, como no caso da Grã-Bretanha. Porém, é provável que, em parte, tenha havido também um excedente da Idade do Ferro A, vigente na ilha vizinha. Existem teorias que versam a respeito de movimentos anteriores. Um deles, advindo da região do Baixo Reno, pode ter atravessado e contornado a Escócia. Além disso, os habitantes lacustres do tipo *crannóg*

---

<sup>53</sup> Massaliota ou massiliota refere-se àquele que é nascido em Massília.

– espécie de ilha artificial –, concentrados no Shannon Superior, podem ter derivado de antecedentes do oeste alpino. (POWELL, 1965).

Já no século I a. C., tem-se na Irlanda as peças mais antigas do estilo La Tène, derivadas da Idade do Ferro B britânica. Não se sabe ao certo se tais objetos referem-se aos artífices itinerantes que serviam aos chefes de Hallstatt, ou se indica um novo influxo de aristocratas. Segundo testemunhos filológicos, a segunda alternativa é mais provável. Sabe-se, no entanto, que seus realizadores vieram da Grã-Bretanha, pois nas alturas do referido período a herança artística de La Tène já havia declinado há muito tempo no continente. Mais tarde, no século I, foi despontada a principal chegada de povos Britânicos no solo irlandês, quando Cláudio iniciou a conquista em grande escala da parte sul da Grã-Bretanha (POWELL, 1965).

A instalação de Gauleses escapados do jugo de Roma não é confirmada pela arqueologia. Ainda assim, a literatura irlandesa e uns tantos nomes tribais citados pelo geógrafo Ptolomeu no século II defendem esta teoria. Fica a questão: teriam sido os imigrantes Gauleses e Britânicos responsáveis pelo sistema social celta e cultura agregada que os missionários cristãos encontraram no século V, ou teriam apenas constituído uma contribuição posterior a uma Irlanda já celticizada pelos chefes de Hallstatt do século VI a. C.? (POWELL, 1965). Somente na Irlanda é que se dispõe da sobrevivência de uma língua e uma literatura que brotam diretamente dos antigos Celtas, incontaminados pelo Império Romano.

“Os Celtas da Irlanda preservaram rigidamente uma tradição indo-europeia na periferia daquele domínio, como no extremo oposto, fizeram os arianos do norte da Índia. Ambos sobreviveram longamente ao desaparecimento do seu parentesco comum, geograficamente intermediário.” (POWELL, 1965, p. 63)

Preservados por condições insulares específicas e também pela história de ocupação mais recente, os Celtas da Irlanda de fato delegaram aos pesquisadores versados em sua literatura o que há de mais puro e certo na cultura céltica. A mitologia irlandesa ou gaélica, portanto, resguarda em si aspectos valiosos de análise e interpretação para os estudiosos da Celtologia. Juntamente com os textos bretões – oriundos do sudoeste da Grã-Bretanha, bem como da Armórica –, galeses e escoceses, tem-se um arcabouço riquíssimo para atestar cenários do passado. Adiante, se discorrerá sobre a importância dos mitos e, mediante o que há de mais palpável na mitologia gaélica, estabelecer-se-á reflexões históricas subsidiadas por suas características gerais.

## 4. O EMBASAMENTO MITOLÓGICO

### 4.1. Os mitos gaélicos e bretões.

Recorrentemente, tem-se que lidar com a ausência de fontes genuinamente célticas. Há, no entanto, vasta literatura de narrativas históricas disfarçadas por mitos, da qual nos restam apenas reflexos insulares – especialmente os advindos da Idade Média irlandesa. As primeiras redações remontam os séculos VII e VIII. Porém, o essencial de tais obras é conservado em manuscritos do final do século XI e início do XII. As versões originais sofreram transformações e assimilaram influências estranhas – literatura clássica e cultura monástica –, num grau difícil de determinar. A sociedade descrita nesses textos apresenta uma estrutura arcaica com a qual se pode remontar a proto-história. Trata-se de um povo pastoril dominado por uma aristocracia militar primitiva, talvez intensa até demais para os Celtas continentais. Segundo Venceslas Kruta (1989) as “coincidências com a sociedade da Grécia homérica não são acidentais: estamos na presença de uma situação análoga” (p. 19). Acerca de seu uso referencial:

“A literatura dos celtas insulares, em particular a que é conservada nos textos irlandeses, constitui indubitavelmente uma fonte de primeira ordem para o conhecimento da cultura deles, sobretudo de seu mundo espiritual. A ausência de todo e qualquer documento desse tipo com respeito aos Celtas continentais justifica plenamente o seu uso em prudentes comparações e interpolações que já produziram alguns resultados interessantes, mais particularmente no âmbito da religião. Cumpre, entretanto, prevenirmo-nos contra uma generalização abusiva dos dados extraídos dessa literatura.” (KRUTA, 1989, p. 18)

Dadas as devidas precauções, tem-se, portanto, a justificativa adequada para se fazer uso da literatura e sua mitologia associada. Os Celtas independentes das Ilhas Britânicas começaram a escrever suas narrativas fabulosas a partir do século VI. Atualmente, têm-se, como já mencionado, apenas cópias rejuvenescidas. A maior parte do material ainda está por decifrar. Os monges irlandeses souberam eliminar as referências demasiado límpidas aos deuses e às crenças pagãs. Segundo Olivier Launay (1978), povos míticos se fundiram às migrações históricas e divindades resplandescentes foram transformadas em heróis mágicos. Trata-se de uma teoria largamente difundida por autores mais recentes que, descrentes perante a veracidade histórica de alguns mitos, optam por certo paralelismo. Este, por sua vez, longe de provar fatos verídicos, atesta a índole de movimentos efetivados em cenários de outrora. Isto é, trazem à tona o temperamento e / ou essência de um povo e, por consequência, podem ser tomados como ponto de partida, mas jamais como ponto de chegada. Sobre esta concepção:

“Os mitos não são fábulas inventadas por primitivos mais ou menos obtusos. São de todos os tempos e representam o encontro da ideia com o desejo. [...] Os mitos são um modo de expressão das necessidades do homem fora da razão e da experiência prática. Não ensinam acerca dos acontecimentos. Esclarecem sobre a natureza humana e o clima de uma civilização.” (LAUNAY, 1978, p. 34)

A mitologia celta é profundamente excêntrica dentro de sua abordagem temática e filosofia agregada, espelho direto da imagem peculiar de seus povos. As únicas referências externas que esclarecem os temas irlandeses e bretões são as sagradas escrituras hindus – irmãs distantes pertencentes ao que se convencionou chamar de indo-europeu. “A forma das duas expressões é a mesma, a de uma tradição de origem única: textos em prosa deixados à livre inspiração do narrador e trechos em verso intercalados, os diálogos, transmitidos e apreendidos de cor” (LAUNAY, 1978, p. 33).

A mitologia grega esteve em evidência em todos os países ditos civilizados. Logo, também influenciou a literatura inglesa. No entanto, sua potência ficou exaurida, principalmente a partir do séc. XVIII, eis então que variados escritores passaram a buscar novos impulsos inspiratórios. Charles Squire é um expoente entre os mitólogos versados na literatura céltica. Como bom vitoriano, enaltecia o Império Britânico, para o qual o sol nunca se punha. De caráter enciclopedista e um tanto controverso no que se refere aos conceitos antropológicos, Charles Squire seguiu as tendências de seu tempo e fez emergir os mitos de sua condição meramente imaginária e subjetiva, hoje amplamente difundida por autores como Joseph Campbell. Colocou-os no patamar de testemunhos imemoriais da cultura de um povo. Para ele, a mitologia é uma necessidade vital à literatura. Acerca de suas conclusões no tocante à nova demanda de inspirações mitológicas, bem como a importância dos Celtas e suas histórias para a Grã-Bretanha:

“A inspiração era buscada não do Olimpo, mas de Asgard. Além disso, acreditava-se que a fonte da poesia primeva procedente do mito escandinavo e teutônico éramos nós mesmos, e que éramos seus herdeiros legítimos devido ao anglo-saxão em nosso sangue. E portanto somos de fato; mas não era essa a nossa única herança. Também deve correr muito sangue celta – ou seja, verdadeiramente britânico – em nossas veias. E Matthew Arnold estava provavelmente certo ao asseverar que, enquanto devemos ao anglo-saxão as qualidades mais práticas que construíram o Império Britânico, herdamos do lado celta aquela visão poética que fez da literatura inglesa a mais brilhante desde os gregos.” (SQUIRE, 2004, p. 16)

A conquista saxônica obliterou muitos aspectos da Grã-Bretanha oriental. Porém, no oeste da Inglaterra, Gales, Escócia e, principalmente, na Irlanda, muito se conservou dos antigos deuses. As velhas divindades, ainda lembradas, foram reduzidas a fadas, mas ainda conservam seus mesmos nomes e atributos. Em seu trabalho, Charles

Squire almejou traçar a origem de reis, santos e eremitas galeses ou irlandeses até os poderes primitivos que assombravam a imaginação dos Celtas, a fim de revelar divindades pagãs escondidas por trás de adornos medievais e cristãos.

Com abordagem mais severa que a de outros autores, Charles Squire estabelece profundas correlações entre fatos históricos e registros mitológicos. Apesar de tentador, deve-se tomar cuidado ao manusear tais conclusões. O tempo para a maioria dos povos bárbaros não tinha valor mensurável, mas sim qualitativo e simbólico. Logo, o tempo dos mitos é diferente daquele que corre em dias vigentes. No tocante à relação entre personagens reais e a mitologia, em geral, sabe-se que as narrativas irlandesas relatam acontecimentos, porém, seus personagens são ou ocultam em si figuras mitológicas. Ou seja, eles não têm significado senão através da mitologia em si, mesmo quando colocam em cena personagens ou povos que realmente existiram – o que de fato é recorrente. Os personagens não apresentam nenhuma individualidade de caráter. Servem para personificar forças que dirigem o mundo e o ímpeto dos homens (LAUNAY, 1978).

Os manuscritos de que se tem conhecimento foram preservados em mansões e mosteiros da Irlanda, Escócia e Gales – reunidos, aproximadamente, entre os séculos XII e XVI. Todos, portanto, indubitavelmente pós-cristãos. Porém, trata-se também de um material descendente da era pagã precedente que, no decorrer do século XIX, foi copiado e traduzido por eruditos versados em seus dialetos obsoletos (SQUIRE, 2004).

Entre os manuscritos irlandeses, o “Livro da Vaca Dun” é o documento mais antigo. Está em posse da Real Academia Irlandesa e possui vasto repertório de mitologia gaélica. É reduzido, infelizmente, a um fragmento de 138 páginas, onde relata a saga “O Ataque do Gado de Cooley” (*Táin Bó Chuailgné*), com o famoso herói Cuchulainn. Foi copiado de um livro anterior, pertencente a São Ciaran (século VII), escrito sobre a pele de um animal de estimação. Há também o “Livro de Leinster”, pouco menos antigo e compilado no século XII por Finn mac Gorman, bispo de Kildare, relatando também os feitos do referido personagem. Ademais, o “Livro de Ballymote” e “Livro Amarelo de Lecan” são de menor importância, pertencentes ao final do século XIV, bem como o “Livro de Lecan” e o “Livro de Lismore” do século XV. Além das seis grandes coleções aqui mencionadas, muitos outros manuscritos de menor porte literário também sobreviveram. Um deles, do século XV, relata a épica Batalha de Moytura (SQUIRE, 2004), mencionada mais adiante.

Os manuscritos escoceses estão preservados na *Advocate's Library* de Edimburgo. Alguns remontam o século XIV, embora a maioria pertença aos séculos XV e XVI. Os documentos adicionam informações à saga de Cuchulainn, bem como relatam os feitos de personagens como Finn, Ossian e os Fenianos. E, mais importante, falam também sobre os antigos deuses gaélicos, os Tuatha Dé Danann. Já os manuscritos galeses são agrupados em “Livro Negro de Caermarthen” (século XII), “Livro de Aneurin” (século XIII), “Livro de Taliesin” (século XIV) e “Livro Vermelho de Hergest” (século XIV). Os três primeiros, pequenos em tamanho, contêm poemas atribuídos aos grandes bardos<sup>54</sup> tradicionais da época. O último, maior de todos, revela as traduções galesas das crônicas britânicas. É nele também que encontramos o famoso “The Mabinogion”, onde as histórias da mitologia britânica são trabalhadas de forma romântica (SQUIRE, 2004). Sobre a cronologia contida em tais documentos:

“Uma mitologia deve ser sempre mais velha do que os mais antigos versos e histórias que a celebram. [...] O bardo que primeiro as colocou em forma artística estava assentando as tradições primitivas de sua raça. Podemos, portanto, arriscar descrevê-las como não do século XII ou do XVII, mas como de uma antiguidade pré-histórica e imemorial.” (SQUIRE, 2004, p. 24)

Todos os documentos citados são cópias declaradas de manuscritos mais antigos. Logo, não fixam o período da composição original de seu respectivo conteúdo. Os escribas dos primeiros livros gaélicos se depararam com muitas palavras arcaicas e inteligíveis para o seu próprio tempo. A inserção de notas, portanto, era muito útil e comum para explicar as ditas palavras obsoletas. Os documentos originais acabaram perecendo ao longo do tempo, deixando as cópias medievais como seu único registro vivo. Para Matthew Arnold, os contadores de história da Idade Média espoliavam uma antiguidade cuja qual eles próprios não detinham completamente o segredo. Os heróis do “The Mabinogion” não são meros personagens medievais, todos eles pertencem a um mundo bem mais antigo (SQUIRE, 2004).

Sobre as divindades célticas, isto é, as personagens mais importantes ao escopo desta monografia, Charles Squire tece algumas considerações interessantes acerca de seu entendimento junto aos registros que restaram à Celtologia:

“[...] deuses como são, eles assumiram a semelhança de mortalidade à época em que suas histórias foram fixadas na forma em que as temos agora. Seus primeiros registros, se nos pudessem ser restituídos, sem dúvida os mostrariam eternos e imortais, mudando de forma à vontade, mas não

---

<sup>54</sup> Tal como os druidas, também exerciam ofícios sacros e / ou sacerdotais na cultura céltica. Eram os grandes artistas responsáveis por transmitir o conhecimento ancestral aos seus semelhantes.

morrendo. Mas os copistas pós-cristãos, irlandeses ou galeses, não aprovaram isto.” (SQUIRE, 2004, p. 25)

“Usualmente eles aparecem nas incessantes batalhas entre as divindades das trevas e da luz. Suas mortes nos ciclos iniciais do mito, porém, não impedem que reapareçam naqueles posteriores. De fato, somente com o fechamento dos lábios do último mortal que preservou sua tradição é que a vida de um deus pode ser verdadeiramente considerada encerrada.” (SQUIRE, 2004, p. 25-26)

Entretanto, nem todos os documentos foram drasticamente modificados pela influência cristã. Segundo exprime Georges Dottin, alguns dizem que não se tem da Terra Céltica pagã “senão documentos de segunda mão. É um erro. Possuímos um milheiro de manuscritos irlandeses que exprimem essas crenças através da literatura, pois quase nada neles é cristão” (LAUNAY, 1978, p. 30). Lembrando que entre os séculos XI e XII, a maioria dos manuscritos foi redigida dentro de mosteiros. Porém, é importante frisar que suas cópias chegam a penetrar, inclusive, o passado da Idade do Bronze e da Pedra. Vale ressaltar também que eventos posteriores ao século VIII não originaram ciclos épicos na mitologia celta (LAUNAY, 1978).

Charles Squire traça um panorama geral acerca da constituição territorial das Ilhas Britânicas anterior à invasão romana e, portanto, condizente com o cenário abarcado pela mitologia celta até onde se conhece a respeito da mesma. Os Celtas eram, por essa altura, extremamente miscigenados com outros povos (SQUIRE, 2004). Obviamente, sob a ótica darwinista do referido autor, tal condição implicaria na modificação de um suposto padrão físico – ideia largamente ultrapassada –, bem como de costumes e línguas ditas “originais”. Tais acepções ideológicas estão associadas à antiga crença de que os Celtas eram altos, loiros, de olhos azuis ou acinzentados, pertencentes à família “ariana”. Charles Squire traça dois agrupamentos distintos na Terra Céltica Insular à época da conquista de Roma: os povos de origem ibérica, sobre os quais se falará logo adiante, e os Celtas propriamente ditos.

Os Ibéricos constituem uma das linhagens mais antigas do continente europeu. Habitaram as Ilhas Britânicas desde tempos remotos como aborígenes de estatura baixa, pele morena, cabelos e olhos negros. Sua língua pode ser classificada como hamítica. Parece terem vindo da África – oriental, setentrional ou central –, espalhando-se de lá para o vale do Nilo, Síria e Ásia Menor. Foram para a Grécia (os “Pelasgoi”), Itália (os “Etruscos”) e Palestina (os “Hititas”). Disseminaram-se para o norte da Europa até o Báltico, e para oeste até a Espanha, França e Ilhas Britânicas (SQUIRE, 2004).

Os povos de origem ibérica já eram agrícolas na Idade da Pedra e plantavam nas encostas com o chamado “sistema de terraço”. Viviam em tribos totêmicas<sup>55</sup> no cume de colinas e ocupavam largamente as Ilhas Britânicas até a chegada dos Celtas. Estes, por sua vez, os subjugarão desalojando-os dos terrenos mais férteis. Ambas as populações se miscigenaram. Na época dos Romanos, ainda eram independentes na Gales do Sul e, na Irlanda, viviam como aliados dos gaélicos – mantendo os seus próprios costumes e religião, isto é, com indício de maior resistência. Diferentemente dos Celtas, não possuíam grande diversidade de tribos (SQUIRE, 2004).

Os Celtas, no âmbito insular, foram separados em dois grandes eixos principais: os gaélicos (*goidels*) e bretões (*brythons*). Havia diferença de dialeto e, é claro, de ordem física, segundo alguns pressupostos defasados de Charles Squire. Entretanto, é certo que Tácito<sup>56</sup> dizia que os Caledonianos<sup>57</sup> do norte diferiam dos Bretões meridionais por terem membros mais compridos e cabelo ruivo. As feições trigueiras e o cabelo encaracolado dos Ibéricos, por sua vez, pareciam a ele a prova de que tinham emigrado da Hispânia<sup>58</sup>. Já Estrabão dizia que as tribos do interior da Britânia eram mais altas que a dos colonos gauleses no litoral, com cabelos menos amarelos e membros mais curtos. Obviamente, tem-se aqui uma leitura amplamente passiva e acrítica acerca dos relatos de autores clássicos e que, portanto, não deve ser levada ao pé da letra. Segundo as teorias do professor Rhys (1890), importante teórico de seu tempo, os gaélicos e bretões já haviam se separado antes de, supostamente, deixarem a Gália pela primeira vez (SQUIRE, 2004). Não há provas que atestem isso com veemência.

Porém, partindo-se desse ponto de vista, é válido creditar as conclusões de John Matthews (2002, p. 2) acerca de que os Celtas “não são mais britânicos do que os saxões ou os normandos que os sucederam”, pois “eles próprios haviam migrado do mundo indo-europeu e incorporaram suas próprias práticas às dos povos locais”. É crível e plenamente aceitável que, nos tempos de Heródoto, os Celtas já haviam chegado à Grã-Bretanha e Irlanda. Como já visto anteriormente, as populações aportadas subjugarão as tribos anteriores, povos nebulosos e, por vezes, chamados de Pictos no norte da Grã-Bretanha e de Fomorianos ou Fomorianos na Irlanda. “Esses

---

<sup>55</sup> De caráter xamânico, o totemismo exprime a crença na existência de parentesco ou afinidade mística entre um grupo humano (em certos casos, uma pessoa) e um totem – animal, planta ou objeto que age como símbolo sagrado perante a sociedade e / ou indivíduo que o cultua em sua ancestralidade.

<sup>56</sup> Historiador e político romano (55 – 120 d. C.).

<sup>57</sup> Referentes à Caledônia, antiga região celta do norte da Grã-Bretanha.

<sup>58</sup> Nome dado pelos Romanos à Península Ibérica – Espanha e Portugal.

povos deixaram poucos sinais de sua cultura e de sua crença, apesar de que certamente estas exerceram influência sobre as tribos recém-chegadas [...]” (MATTHEWS, 2002, p. 2). A seguir, no último tópico, falar-se-á mais adequadamente sobre os ditos Fomorianos – presentes na mitologia –, quem são e como se fundiram com os Celtas.

#### **4.2. Paralelismos históricos com a mitologia irlandesa.**

A Irlanda se tornou, sem dúvida alguma, a lendária pátria dos Celtas. A insularidade preservou-a de influências externas. Durante os seis primeiros séculos da era cristã, a Irlanda trouxe à tona muitas informações sobre os Celtas e a Gália antes de Cristo. A literatura bretã, sob uma vestimenta mais feudal e mais conformista – do ponto de vista do clero – é, no fundo, idêntica à literatura irlandesa. Irlandeses e Bretões receberam a mesma herança de tradições étnicas (LAUNAY, 1978). Buscando objetividade, a presente monografia deu maior ênfase aos mitos gaélicos, visto sua clareza no que tange aos possíveis paralelismos intrínsecos aos movimentos migratórios que delinearam a constituição territorial da Terra Céltica Insular. Tendo em mente as informações oriundas da arqueologia, sabe-se que as primeiras incursões passaram a ser atreladas cronologicamente à cultura de Hallstatt. Apesar de a mitologia celta estar profundamente adornada com indumentária posterior aos seus primevos relatos, é certo que suas paisagens remontam períodos absolutamente anteriores à cultura de La Tène:

“É útil lembrar que a civilização hallstadiana, segundo o que conhecemos dela através da arqueologia, é, com suas características que podem ser qualificadas sem exagero de homéricas, um quadro melhor adaptado à sociedade céltica descrita pelos textos irlandeses do que a civilização lateniana em seu apogeu.” (KRUTA, 1989, p. 61)

Para verificar e validar a incompatibilidade de La Tène continental perante os mitos gaélicos, basta elucidar o seguinte questionamento: até quando tal sociedade – expressa na mitologia –, com sistema econômico tão primitivo, pôde se manter entre os Celtas continentais coexistindo com formas muito mais evoluídas? Trata-se de uma incoerência acerca do que se sabe a respeito da estrutura econômica dos ópidos (*oppida*, singular *oppidum* – grandes assentamentos fortificados da Idade do Ferro, já mencionados por esta monografia, e comumente associados à cultura de La Tène, tendo em vista sua grande proliferação no referido período) célticos do século I a. C (KRUTA, 1989). É certo, porém, que a insularidade adieru cronologias distintas da do continente e que, portanto, manteve a memória hallstadiana viva por mais tempo.

“[...] não existe nenhuma razão para que o mundo céltico, cuja abertura para as influências mediterrâneas e cujo gênio criador já não requerem demonstração, tenha se imobilizado numa estrutura social arcaica, salvo no caso de um imperativo tal como aquele que constituiu para a Irlanda seu isolamento geográfico.” (KRUTA, 1989, p. 19)

Conta-se na mitologia que, em tempos remotos, habitavam na Irlanda os Fomorianos – ou Fomorian –, deuses nascidos de Dommu, o abismo do mar profundo. Eram produtos do caos e da velha noite. Havia um povo que estava associado aos Fomorianos, eram os chamados Fir Bolgs que, por sua vez, estavam divididos em três tribos: Fir Domnann – “Homens de Dommu”, a mais importante –, Fir Gaillion e Fir Bolg – que deu nome ao conjunto. Dividiram a Irlanda em três grandes partes, sendo primeira delas subdividida em outras três: North Munster, South Munster e Connaught. A segunda parcela do território foi batizada de Leinster e a terceira de Ulster – terminologias ainda hoje presentes na divisão política da “Ilha Esmeralda”. O “Monte Balor” – divindade fomoriana cujo olho era mortalmente destrutivo – ou “Colina de Uisnech” marcava o centro espacial de toda a Irlanda (SQUIRE, 2004).

Segundo as percepções de Charles Squire (2004), os Fir Bolgs podem corresponder aos nativos de origem ibérica anteriores à chegada dos Celtas. Segundo os pesquisadores contemporâneos, os referidos povos podem ter vindo em tempos pré-históricos da Grécia ou, muito provavelmente, da Hispânia, dada a proximidade geográfica. Sob a ótica controversa de Charles Squire, trata-se de uma “raça pré-ariana”. No que tange a proximidade com os fatos históricos, encontra-se um conflito que resguarda em si a disputa territorial culminante na subjugação dos povos nativos. Para tanto, a mitologia dispõe de duas versões, uma referente aos nativos e outra aos Celtas. Importante ressaltar que, tanto em uma como na outra, prevalece em ambas as frentes a história dos vencedores. Isto é, os Fir Bolgs ou Fomorianos são sempre retratados como forças primitivas e destrutivas a serem combatidas, mesmo na versão dos nativos.

Conta o mito dos nativos que, no princípio de tudo, a raça de Partholon migrou do Outro Mundo para as terras insulares com vinte e quatro homens e igual quantia de mulheres. Todos vieram no dia de Beltane, festival primaveril sagrado para Bilé, deus da vida e da morte que se acredita ter correlatos na Galícia – Hispânia (SQUIRE, 2004). No que diz respeito à ocupação dos Celtas na Península Ibérica ainda nos primórdios de Urnfield, é possível identificar, a partir de uma teoria versada na evolução de línguas célticas, hoje relativamente abandonada, a hipotética primeira vaga céltica com os

pretensos *Goidels*<sup>59</sup> (KRUTA, 1989). Ou seja, têm-se aí os possíveis Celtas aos quais as narrativas irlandesas poderiam estar aludindo na mitologia.

Quando a raça de Partholon aportou, havia na ilha apenas três lagos, nove rios e uma planície sem nada – “planície original” ou “velha planície” (*Sen Mag*). Eis um quadro geográfico tipicamente irlandês descrito anteriormente em voga na mitologia celta. Graças aos seus esforços milagrosos, fizeram a terra se estender e alargar para baixo, ampliando tudo em quatro planícies, bem como sete novos lagos. Nessa altura da história, a raça de Partholon contabilizava cinco mil indivíduos. Eis que lutam contra os Fomorianos, derrotando o líder Cichol Sem-Pé – gigante de feições demoníacas –, instaurando a paz por 300 anos até a chegada da peste, epidemia esta registrada também na versão dos Celtas. Após o período de contaminação, os mortos foram enterrados na dita planície original, pela qual retornaram ao Outro Mundo de onde vieram (SQUIRE, 2004). Cabe ressaltar que, para os Celtas, o “Outro Mundo”, bem como sua dimensão espiritual, estava intimamente conectado ao mar e, portanto, a tudo que dele chegava em terra – ainda que se saiba que tais povos nunca foram essencialmente marítimos.

Já a versão dos Celtas narra as façanhas da raça de Nemed, atracada num contexto geográfico distinto, configurado em doze planícies e quatro lagos. Derrotaram os Fomorianos em quatro batalhas seguidas. Entretanto, no decorrer da epidemia, dois mil indivíduos morreram, sendo o restante abatido por um rei fomoriano chamado Morc, filho de Dela. Após a peste, foram então dominados e oprimidos pelos Fomorianos. Talvez aqui, voltando-se ao paralelismo histórico, deva-se crer numa fase de maior resistência à subjugação por parte dos nativos em atrito com os Celtas recém-chegados. Outro rei fomoriano chamado Conann, filho de Febar, foi enfim derrotado e morto pelos guerreiros da raça de Nemed (SQUIRE, 2004). Entretanto, a subjugação total dos Fir Bolgs deu-se num longo processo expresso pela chegada e conquista dos Tuatha dé Danann – tribo ou povo da deusa Dana, a mãe de todos –, família divina que congregava os principais deuses cultuados na Irlanda, sendo alguns de caráter pancéltico – isto é, deidades cuja influência atravessou fronteiras.

Para alguns, os Tuatha dé Danann vieram do céu e, para outros, de terras do norte ou mesmo ilhas meridionais. Esta última hipótese, por sua vez, justifica uma possível origem ibérica para a partida do deslocamento migratório que culminou na

---

<sup>59</sup> Refere-se, neste caso, a um possível deslocamento gaélico originado na Hispânia em termos pretéritos.

constituição territorial da Terra Céltica Insular. Conta-se nos mitos que o dito panteão de deuses habitou quatro grandes cidades míticas: Findias, Gorias, Murias e Falias, onde aprenderam a arte da magia e da poesia, ofícios demasiadamente conectados. Em Falias, descobriram a pedra de Fál, detentora do destino. Segundo a mitologia, a referida pedra mais tarde caiu nas mãos dos primeiros reis da Irlanda, anunciando com gritos o verdadeiro monarca do “Erin” – o país dos mitos – que a segurasse (SQUIRE, 2004).

Tal como a raça de Partholon, os Tuatha dé Danann pousaram na Irlanda no dia primeiro de Maio – Beltane –, quando então travaram uma série de lutas contra os Fir Bolgs. É tido que estes últimos, por sua vez, tiveram nove grandes reis. O último deles foi Eochad, derrotado pelos Tuatha dé Danann, deixando seu povo reduzido a meros trezentos indivíduos. Sempre justos e honrados, os Tuatha dé Danann ofereceram aos vencidos uma quinta parte qualquer da Irlanda. Os Fir Bolgs escolheram Connaught, tornando-a sua legítima casa. Algumas tribos tiveram permissão para habitar outras partes da ilha, desde que pagassem exorbitante aluguel. Charles Squire (2004) revela que, destoando de suas teses, alguns autores preferem associar os Fir Bolgs às colônias belgas, bem como os Tuatha dé Danann aos *Danes* – Dinamarqueses. Trata-se, obviamente, de uma tese com pouca probabilidade e veracidade. Prefere-se, ao entendimento do processo construído até aqui, tomar tais registros mitológicos como cenários primitivos da epopeia migratória que miscigenou Celtas e nativos insulares em tempos relativamente recentes ao contexto geral instalado no continente.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa se constatou, logo de antemão, a grande carência que circunda a disponibilidade de obras literárias acerca dos Celtas e suas façanhas traduzidas para o português. A maior parte dos livros aqui publicados, por sua vez, mostrou-se antiga e, em alguns casos, ultrapassada por novas e atualizadas informações. Logo, requereu-se grande esforço para separar o válido do que já foi superado. Os pouquíssimos materiais de autoria brasileira versam, quase que por unanimidade, sobre apenas o escopo místico e sobrenatural – bastante distorcido com inverdades e afirmações não constatadas pela ciência. Mesmo entre as publicações mais recentes, o cunho esotérico prevalece sobre o histórico.

Por outro lado, vê-se uma crescente – e necessária – adesão à Celtologia por parte da academia nacional que, cada vez mais próxima dos novos materiais redigidos pelas universidades europeias, conta atualmente com um número significativo de publicações, artigos científicos e grupos de estudos especializados. É o caso da Cátedra de Estudos Irlandeses W. B. Yeats, da Universidade de São Paulo (USP) e da “Revista Brathair” (ISSN 1519-9053), periódico brasileiro voltado a publicações sobre os Celtas e Germânicos da Antiguidade e Medievo. Com catalogação internacional e periodicidade semestral, seus editores pertencem a diferentes universidades brasileiras. Além de receberem a contribuição de renomados acadêmicos nacionais e estrangeiros, o periódico também está sendo anexado ao “Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas” da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Os Celtas, vez ou outra, também aparecem isoladamente em edições especiais e revistas de interesse geral para as ciências humanas, como a “História Viva” (ISSN 1679-8872) da Duetto Editorial que, em 2005, trouxe para o português uma série de textos assinados por pesquisadores estrangeiros. Vista a grande manifestação de religiões neopagãs e reconstrucionistas espalhadas por todo o Brasil, antropólogos e demais pesquisadores têm gradativamente se aproximado dos Celtas e seus conceitos peculiares, a fim de compreender a aderência massiva que se tem acerca das antigas crenças praticadas na Europa e que, atualmente, migram para vários lugares do mundo. Na coleta bibliográfica, muitos trabalhos oriundos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) foram detectados circunscritos nessa temática.

Outra dificuldade encontrada foi a ausência de materiais cartográficos de qualidade. Os mapas temáticos, repetitivos em abordagem, raramente possuem informações básicas de escala, pontos cardeais ou legendas inteligíveis. Mesmo entre as publicações internacionais, não foi possível encontrar mapas que viessem a espacializar as múltiplas transformações ocorridas em cada etapa das migrações celtas e a subsequente constituição territorial que lhe é atribuída. Os mapas como um todo abarcam apenas conclusões generalistas sobre as principais movimentações, bem como a pontuação dos sítios arqueológicos ou tribos de maior destaque em determinadas regiões. Isto é, a Celtologia carece de bons cartógrafos que elucidem com maior detalhamento os fluxos migratórios e que atribuam maior coesão à divisão política da Terra Céltica – apresentada de maneira demasiadamente confusa e pouco didática ao público geral, característica esta que se estende à cronologia dos livros como um todo.

Em seus trabalhos, os autores tendem a dissertar num modelo engessado e padronizado que vai da “Idade do Bronze” aos dias vigentes. Por consequência, pouco se contribui com a diversificação temática, ou melhor, com o aprofundamento do caráter ímpar de alguns fatos. São raros os pesquisadores que se dedicaram a tratar de um escopo específico – como visou boa parte desta monografia – sem, no entanto, cair na referida estrutura comum à quase todos os escritores. Outra propriedade vislumbrada no processo, foi a negação – ou má formação – de uma cronologia linear que explicasse com maior clareza a sucessão de acontecimentos históricos e arqueológicos. É certo que a linearidade, no tocante a certas reflexões, torna-se inviável. Porém, notaram-se constantes emaranhados de informações desconexas que, somente pessoas com um bom conhecimento prévio, conseguiriam uni-las com êxito e entendimento. Em função disso, buscou-se, nas tentativas cabíveis a este trabalho, sanar – ainda que parcialmente – um pouco da desorganização atribuída às páginas versadas em Celtologia.

Grande preocupação foi gerada ao se perceber que boa parte da monografia estava condizente com a estrutura defasada inerente à crítica feita no parágrafo anterior. A diferença, no entanto, para além da melhor organização dos fatos – isto é, no ponto de vista didático do autor que aqui redige, afinal, a docência é seu atributo final –, se deu pelo enfoque específico traçado como ponto de chegada aos capítulos finais. Concluiu-se, no entanto, que, apesar de abarcar um recorte padronizado que vai dos princípios do Bronze até meados da conquista romana, este era de suma necessidade ao entendimento das peculiaridades que foram definidas como objeto de estudo. E, diferentemente de

outros materiais, o presente trabalho contextualizou – com grande margem de informações, se comparado a outras tentativas de mesma índole – o aporte indo-europeu que sustentou o início das culturas materiais, quase sempre despercebido.

Entretanto, outra apreensão foi levantada ao se perceber que o arcabouço introdutório e conceitual estava visivelmente mais longo que o da abordagem específica propriamente dita – isto é, a Terra Céltica Insular. Porém, observou-se com frequência ocorrências de mesmo gênero em trabalhos que visavam objetivos semelhantes. É notória a disparidade entre a quantidade de informações disponíveis para o âmbito continental e as que versam sobre os Celtas insulares. Estes, limitados em material arqueológico e, muitas vezes, privados de grandes relatos em função da geograficidade inerente ao seu território, são trazidos à luz da ciência, principalmente, pela literatura posterior à sua vivência. Além disso, por se tratar de uma parcela da Terra Céltica cuja história é mais recente, viu-se que boa parte dos acontecimentos continentais é indissociável do escopo insular, isto é, a constituição territorial e imaginária da Grã-Bretanha e Irlanda, no tocante à ocupação celta, é uma consequência das migrações ocorridas desde a gênese da província norte-alpina com os Campos de Urnas. Logo, portanto, vê-se a coerência estrutural construída para discorrer sobre o assunto proposto.

A mitologia celta é vasta e demasiadamente plural em sua essência. Diferentemente do que se vislumbra nos panteões greco-romanos, entre os Celtas nunca houve uma única família divina cultuada por todos e organizada sistematicamente. Cada tribo ou região possuía seus próprios deuses, dotados de características particulares e histórias associadas. Válido ressaltar também que a maior parte das divindades era, em sua essência, multifuncional, ou seja, não estava atrelada a uma qualidade específica como se observa em outras mitologias. Portanto, ao abarcar o campo mitológico se fez necessária a delimitação de um recorte bastante específico, visando o máximo de objetividade e tendo em mente a vastidão que comporta tais conhecimentos. Tecer, ainda que minimamente, comentários diante dos mitos gaélicos e bretões, é de máxima importância para qualquer abordagem que venha a expor academicamente os Celtas insulares. Como já dito anteriormente, são os referidos materiais que, em suas entrelinhas, fornecem pistas não só acerca dos modos de ser e viver, como também das prováveis incursões que rementem diretamente à Terra Céltica Insular.

Durante muito tempo, os paralelismos históricos estabelecidos com o que se tem de mais palpável da mitologia permaneceram obscuros dentro da Celtologia. Críticas ferrenhas foram feitas a certas afirmações desmedidas – e coerentes com seus respectivos contextos, diga-se de passagem – esbanjadas por alguns autores que defendiam tal linha de pensamento. Porém, esqueceu-se com frequência de reaproveitar o que havia de mais óbvio e interessante nessas experimentações: o temperamento protocéltico que, sob a vestimenta de batalhas épicas, estava ali nitidamente estampado por entre as páginas rejuvenescidas do trabalho monástico. Recentemente, como já mencionado em algumas passagens, houve a retomada de tais considerações. O viés psicológico estabelecido por alguns mitólogos e estudiosos do meio como Joseph Campbell e Mircea Eliade, afastou a historicidade contida em alguns mitos, cujos maiores interessados, no momento, buscam estabelecer um ponto de mediação entre o que há de mais coerente em ambas as concepções – isto é, encontrar o ponto central de conexão dos paralelismos históricos à subjetividade posta na mesma análise.

Muito mais poderia ter sido aprofundado e / ou comentado, porém, fugiria à dimensão proposta para uma monografia de Geografia, na qual a abordagem territorial atrelada à dimensão imaginária é o foco central de análise, por intermédio dos elementos históricos e arqueológicos que, através do tempo, cravou suas marcas no espaço. Não foi possível abarcar a individualidade tribal especializada no território constituído (vide exemplo no Anexo II), nem tão pouco aprofundar os ditos paralelismos históricos com outras frentes da mitologia celta – da qual apenas a parte irlandesa se prestou à interpretação no último capítulo. Da mesma forma, o curto espaço de tempo no qual se estabeleceu a pesquisa também não permitiu a confecção de mapas e croquis oriundos de própria autoria que, numa tentativa pioneira, viesse suprir a carência já comentada sobre os ditos materiais cartográficos.

Talvez o leitor também se depare com a ausência de boas descrições que sanem a curiosidade acerca do perfil estético de um típico celta. A defasagem se dá, principalmente, em função da dificuldade que se tem em caracterizar fisicamente um grupo tão heterogêneo como àquele da civilização céltica. E enfim, ainda no mérito do que porventura não foi possível de se estabelecer aqui, buscou-se ao máximo, tanto no texto como nas várias notas de rodapé, amarrar os aspectos geográficos inerentes à dimensão física do espaço europeu aos trâmites humanos vivenciados pelos Celtas. Porém, é admissível que maiores reflexões são passíveis de serem feitas num outro

trabalho, principalmente em relação à profunda conexão existente entre os topônimos e os aspectos linguísticos, religiosos e tribais que se fizeram presentes – e ainda fazem – na antiga paisagem da Terra Céltica, do continente e das Ilhas Britânicas.

A questão territorial se mostrou bastante relevante na medida em que a real dimensão dos Celtas foi sendo devidamente evidenciada dentro do continente europeu e seus arredores próximos. Como as palavras de Robin Place (1989) já haviam pronunciado no início da monografia, a civilização céltica foi detentora de grandes particularidades – impossíveis de serem abordadas em totalidade numa pesquisa deste porte – que, por sua vez, se atrelavam a conceitos sociais, ideias políticas, doutrinas e filosofias completamente destoantes dos padrões ocidentalizados pelos pensadores greco-romanos. Da aproximação latente com a relação homem-natureza à negação do Estado, são muitas as contribuições passíveis de serem postas em reflexão na atualidade, a partir de um povo antigo que, mesmo secundarizado nas abordagens históricas, permaneceu vivo na memória coletiva impregnada de fadas, guerreiros e espadas universalmente conhecidas através das gerações.

Ao se analisar livros didáticos situados até meados da década de 1990, ainda se vê certa preocupação em desmiuçar as origens étnicas da Europa – isto é, no tocante àquilo que foge ao greco-romano –, sabidamente tão influente na história geral da humanidade. Porém, os Celtas, advindos de um tempo primitivo que remonta a proto-história, pouco são abordados, por mais persistente e abrangente que tenha sido a sua influência perante o enorme arco territorial ao qual eles se alicerçaram durante séculos. Atualmente, sua menção é ainda mais escassa e, como já dito na introdução, a influência posterior dos Romanos e Anglo-Saxões é tida enganosamente como maior e / ou mais importante. De fato, em alguns aspectos o são, porém, a crítica prevalece perante a generalização que excluiu o verdadeiro papel desempenhado pelos Celtas na história europeia, bem como especificamente nas Ilhas Britânicas, onde, não raramente, sua imagem é retratada de forma deveras estereotipada – ainda que esteja situada num local onde, popularmente, se constituiu a grande “pátria” dos Celtas.

A relevância da civilização céltica para o Brasil está arraigada não só à crescente adesão ao Druidismo – religião de cunho xamânico e reconstrucionista pautada na cultura céltica –, como também ao vislumbre de jogos, filmes e quadrinhos mundializados pela globalização que os trouxe carregados de “celticidade” em sua

essência e indumentária. O dia de São Patrício – padroeiro da Irlanda –, celebrado no dia 17 de Março, é cada ano mais celebrado por brasileiros que, acrescidos do interesse pela boemia e da larga rentabilidade a ela associada, fazem dos bares um verdadeiro “carnaval verde”. Apesar de ser uma data notadamente cristã, pontuada na morte do grande responsável pela catequização dos irlandeses, a festa ainda é um poço inesgotável de folclore pagão, mitologia e tradições célticas.

Ao partir desses elementos, abundantemente presentes no mercado popular, pode-se obter uma via didática interessante para aproximar o corpo discente de assuntos como: a pré-história e a proto-história, bem como a Idade do Bronze e Idade do Ferro diante da humanidade; a constituição da Europa Temperada em paralelo com as populações que nela habitaram e por ela foram influenciadas; as origens étnicas do continente europeu anterior ao Império Romano, tal como suas influências culturais que sobrevivem obscurecidas no imaginário e pensamento ocidentais; a constituição dos limítrofes políticos da Europa e sua índole; reflexões geopolíticas acerca do conceito de território, migração, ocupação, identidade e unicidade política, assim como a definição de Estado e sua negação por parte dos povos tribais; a influência das línguas célticas em nomes / sobrenomes europeus e sua presença no inglês; a atuação da globalização frente ao transporte de crenças oriundas de culturas distantes; reflexões filosóficas acerca de conceitos não condizentes com os padrões instaurados por pensadores greco-romanos.

Por fim, encerra-se esta monografia elucidando, portanto, a vasta gama de temas passíveis de serem estudados, como se pôde ver, em outros momentos. A Celtologia é um estudo ativo e que conglomerada em si muitas possibilidades, seja para a Geografia ou mesmo para as outras ciências. Os Celtas, nativos da Europa Central, deixaram seus rastros em três grandes culturas, acrescidas de um vasto complexo material em seus respectivos sítios arqueológicos. Urnfield, Hallstatt e La Tène são complementadas por registros históricos oriundos de diversas fontes, dos geógrafos gregos aos conquistadores romanos, bem como escritores posteriores que, aliados também da literatura insular, constituíram tudo o que resta hoje sobre os Celtas na sua mais longínqua autenticidade. A ocupação da Grã-Bretanha e da Irlanda é fruto de um longo processo de constituição territorial e imaginária iniciado no continente e que, na medida em que foi se expandindo, atravessou o mar para originar a Terra Céltica Insular. Esta, por sua vez, foi o cume da conquista de um grande território que, sem dúvida alguma, merece atenção em respeito à relevância de sua discussão até os tempos que correm.

## 6. REFERÊNCIAS

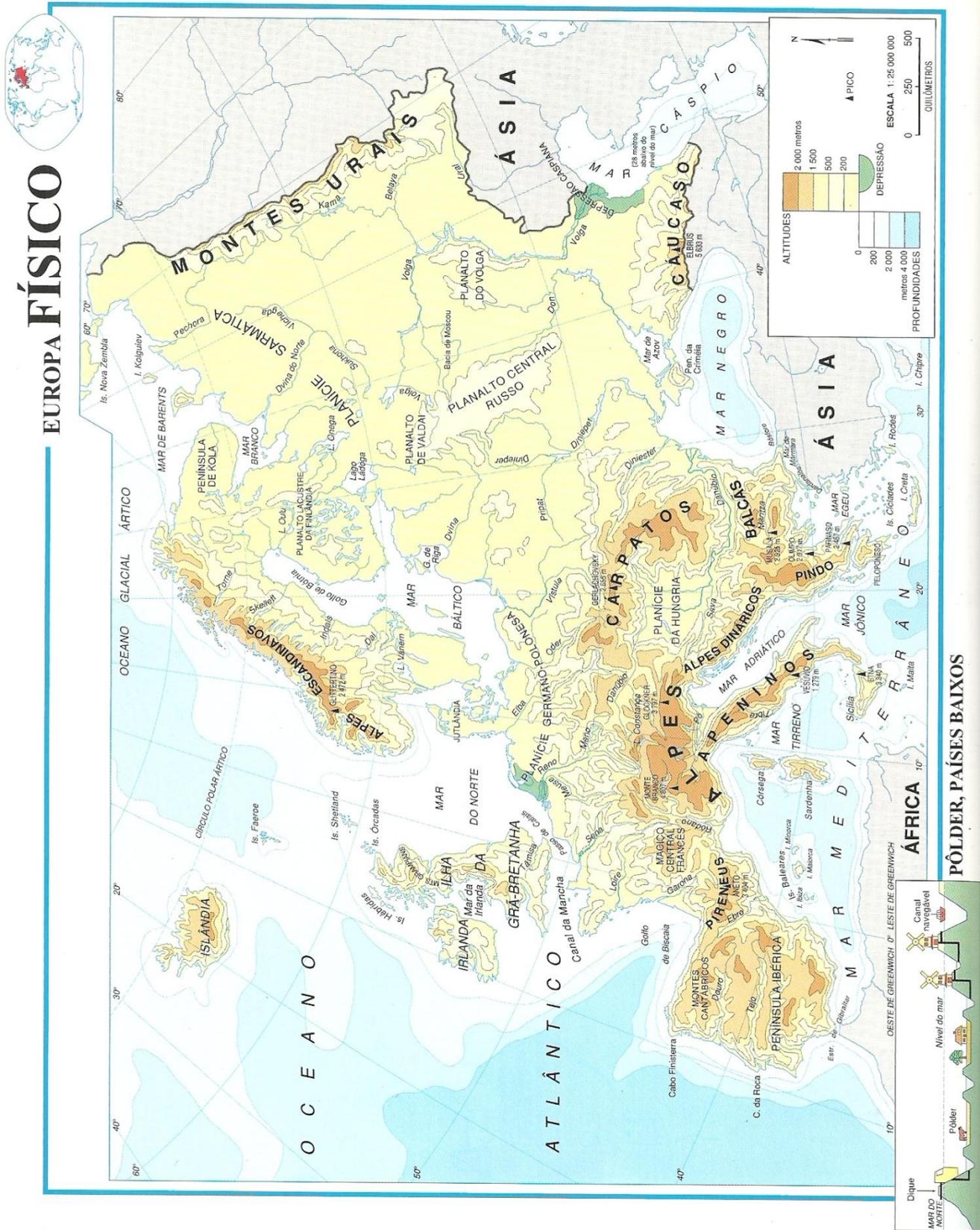
- BROWN, James H. LOMOLINO, Mark V. **Biogeografia**. Tradução: Iulu Feliciano Afonso. 2ª Edição. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC Editora, 2006. 691 p.
- CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Pensamento, 2007. 414 p.
- FERREIRA, Graça Maria Lemos. **Atlas geográfico: espaço mundial**. 2ª Edição. São Paulo: Moderna, 2003.
- GREEN, Miranda. **Symbol and image in celtic religious art**. Nova Iorque: Routledge, 1989.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 2011. 186 p.
- HAYWOOD, John. **Os celtas – da idade do bronze aos nossos dias**. Pearson Education Limited, 2004. Tradução: Susana Costa Freitas. Lisboa: Edições 70, 2009. 284 p.
- HISTÓRIA VIVA. **Celtas – a história real de um povo lendário**. Edição especial temática, nº 11. São Paulo: Duetto Editorial. 2005.
- KRUTA, Venceslas. **Os celtas**. Paris: Presses Universitaires de France, 1976. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 115 p. (Coleção Universidade Hoje)
- LAUNAY, Oliver. **A civilização dos celtas**. Editions Ferni. Genebra: Editions Famot, 1975; Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978. 247 p. (Coleção das Grandes Civilizações Desaparecidas. Direção: Albert Demazière).
- MATTHEWS, John. **Xamanismo celta**. Tradução: Claudio Crow Quintino. São Paulo: Hi-Brasil Editora, 2002.
- NATIONAL GEOGRAPHIC. **Atlas National Geographic: Europa I (Volume 3)**. São Paulo: Editora Abril, 2008. 95 p. (Abril Coleções)
- PLACE, Robin. **Os celtas**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1989. 60 p. (Coleção Povos do Passado)

POWELL, T. G. E. **Os celtas**. Londres: Thames and Hudson, 1958. Tradução: Rodrigo Machado. Lisboa: Editorial Verbo, 1965. 282 p. (Coleção História Mundi)

ROLLESTON, Thomas. **Myths and Legends of the Celtic Race**. 1911.

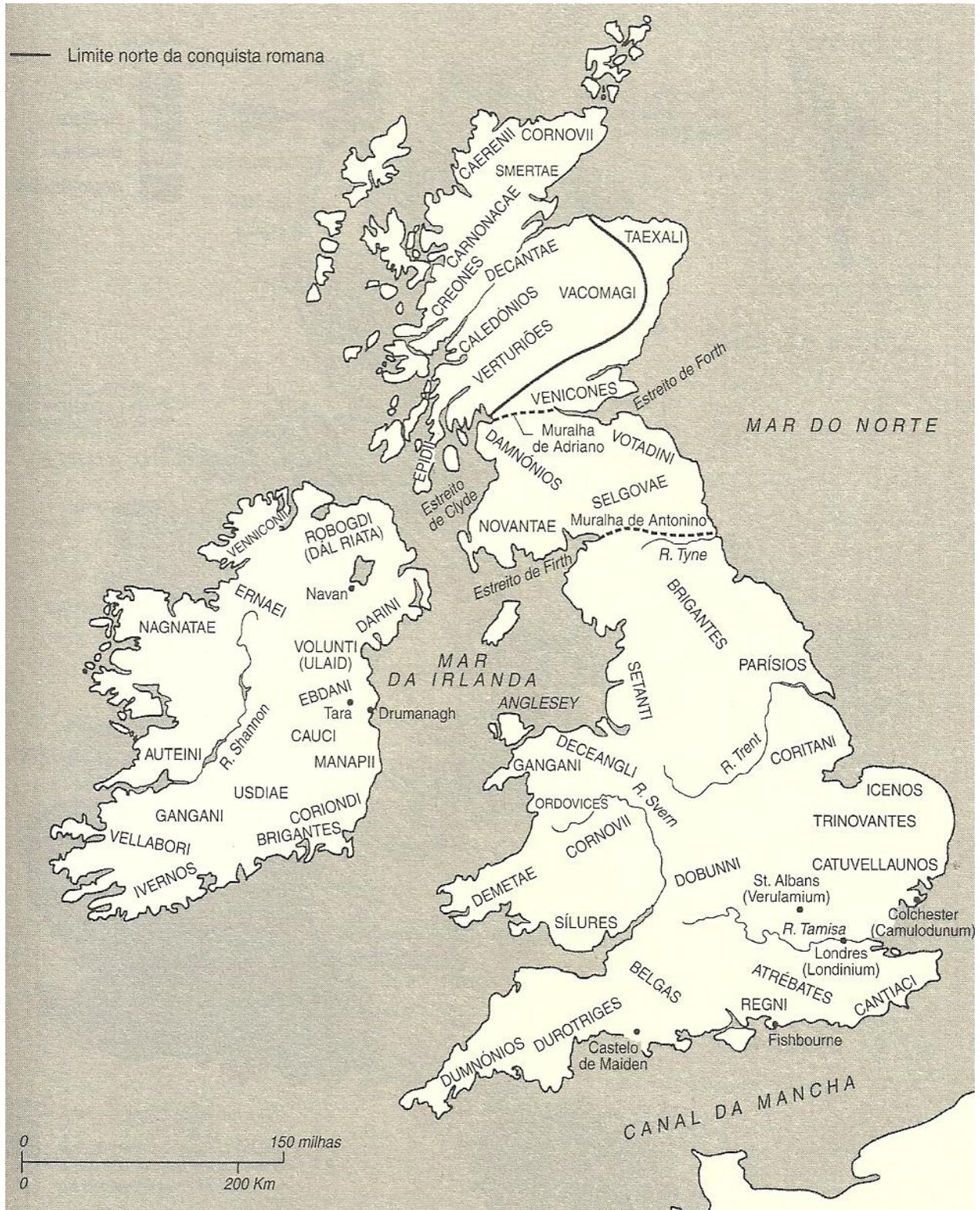
SQUIRE, Charles. **Mitos e lendas celtas**. Tradução: Gilson B. Soares. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Record – Nova Era, 2004. 361 p.

# ANEXO I – Mapa Físico da Europa



Fonte: FERREIRA, 2003.

## ANEXO II – As Tribos da Terra Céltica Insular



Fonte: HAYWOOD, 2009.